

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresas controladas***

***Informações Trimestrais
30 de junho de 2017***

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 de junho de 2017 e 2016

Índice

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Demonstrações do Valor Adicionado.....	12
Comentário de Desempenho	13
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	35
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes	101
Parecer do Conselho Fiscal	103
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais.....	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	105

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Balancos Patrimoniais
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.778	8.593	3.422.500	5.128.186
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	5.077	479.953
Contas a receber de clientes	6	329	329	2.655.144	2.919.177
Estoques	7	-	-	162.069	143.934
Dividendos a receber	13	-	134.606	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	528.030	633.854
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	22.425	22.351	185.249	334.806
Despesas antecipadas	11	2.183	2.149	564.187	130.392
Operações com derivativos	37	-	-	62.451	82.454
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	2.732	2.818
Créditos regulatórios a compensar	17	-	-	84.854	83.107
Outros ativos		17.199	26.267	188.524	168.718
		74.914	194.295	7.860.817	10.107.399
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	-	24.967	24.092
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	937.879	867.143
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	204.781	200.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	30.478	41.690
Depósitos judiciais	12	100.469	89.857	1.338.775	1.294.125
Despesas antecipadas	11	5.456	6.407	46.887	54.374
Operações com derivativos	37	-	-	46.735	134.468
Arrendamento mercantil – Leasing	16	-	-	203.763	201.944
Outros ativos		-	-	12.713	12.442
		105.925	96.264	2.846.978	2.831.176
Investimentos	13	17.317.841	16.991.186	-	-
Imobilizado	14	-	-	10.354.364	11.084.530
Intangível	15	157.556	157.556	11.026.868	10.632.575
		17.581.322	17.245.006	24.228.210	24.548.281
Total do ativo		17.656.236	17.439.301	32.089.027	34.655.680

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Balancos Patrimoniais
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	6.706	2.086	2.652.744	3.461.081
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.562.607	1.145.225
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	118.324	96.604
Operações com derivativos	37	-	-	9.427	36.163
Obrigações trabalhistas		3.108	3.844	219.604	212.279
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	379	323	340.513	453.130
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	20	31	159.399	363.726
Dividendos a pagar	26	61.639	206.112	61.639	206.112
Autorizações a pagar	19	-	-	204.212	486.494
Receitas diferidas	23	-	-	561.303	812.340
Outros passivos		7.675	7.652	7.870	8.401
		79.527	220.048	5.897.642	7.281.555
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	4.613.879	5.574.557
Operações com derivativos	37	-	-	21.622	45.310
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e 16	-	-	1.724.353	1.705.634
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.486	112
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	265.447	258.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	127.184	108.358
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	2.023	1.982	540.529	478.482
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	1.586	1.586
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	-	-	18.024	21.726
Autorizações a pagar	19	-	-	272.309	900.138
Receitas diferidas	23	-	-	1.028.482	1.061.304
Outros passivos		29.757	29.758	30.555	30.565
		31.780	31.740	8.646.456	10.186.612
Total Passivo		111.307	251.788	14.544.098	17.468.167
Patrimônio líquido					
Capital social	26	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		1.567.703	1.564.149	1.567.703	1.564.149
Reservas de lucros		5.760.942	5.760.942	5.760.942	5.761.910
Ajustes de avaliação patrimonial		1.683	(507)	1.683	(1.475)
Ações em tesouraria		(2.713)	(3.369)	(2.713)	(3.369)
Lucros acumulados		351.016	-	351.016	-
Total do Patrimônio Líquido		17.544.929	17.187.513	17.544.929	17.187.513
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.656.236	17.439.301	32.089.027	34.655.680

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			
		2º Tri/17	06/2017	2º Tri/16	06/2016
Receita operacional líquida	28	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29			-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Despesas operacionais					
Comercialização	29	-	-	-	-
Gerais e administrativas	29	(10.145)	(16.431)	(4.376)	(10.277)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	13	229.446	367.835	79.119	212.029
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(61)	(186)	4	130
		<u>219.240</u>	<u>351.218</u>	<u>74.747</u>	<u>201.882</u>
Lucro operacional		219.240	351.218	74.747	201.882
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	31	486	1.245	988	1.990
Despesas financeiras	32	(801)	(1.447)	(1.286)	(1.515)
		<u>(315)</u>	<u>(202)</u>	<u>(298)</u>	<u>475</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		218.925	351.016	74.449	202.357
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-	-	-
Lucro líquido do período		<u>218.925</u>	<u>351.016</u>	<u>74.449</u>	<u>202.357</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	34	0,09	0,15	0,03	0,08
Lucro diluído por ação	34	0,09	0,15	0,03	0,08

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			
		2º Tri/17	06/2017	2º Tri/16	06/2016
Receita operacional líquida	28	3.942.392	7.893.766	3.820.151	7.674.497
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	(1.913.210)	(3.924.660)	(2.004.722)	(3.953.745)
Lucro bruto		2.029.182	3.969.106	1.815.429	3.720.752
Despesas operacionais					
Comercialização	29	(1.141.402)	(2.299.187)	(1.117.627)	(2.321.575)
Gerais e administrativas	29	(359.466)	(695.233)	(305.337)	(633.180)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(131.045)	(303.568)	(102.588)	(264.720)
		<u>(1.631.913)</u>	<u>(3.297.988)</u>	<u>(1.525.552)</u>	<u>(3.219.475)</u>
Lucro operacional		397.269	671.118	289.877	501.277
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	31	419.542	656.501	1.171.870	2.015.309
Despesas financeiras	32	(546.789)	(886.973)	(1.336.673)	(2.248.933)
		<u>(127.247)</u>	<u>(230.472)</u>	<u>(164.803)</u>	<u>(233.624)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		270.022	440.646	125.074	267.653
Imposto de renda e contribuição social	33	(51.097)	(89.630)	(50.625)	(65.296)
Lucro líquido do período		218.925	351.016	74.449	202.357
		-	-	-	-
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	34	0,09	0,15	0,03	0,08
Lucro diluído por ação	34	0,09	0,15	0,03	0,08

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstração do Resultado Abrangente
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2º Tri/17</u>	<u>06/2017</u>	<u>2º Tri/16</u>	<u>06/2016</u>
Lucro líquido do período	218.925	351.016	74.449	202.357
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			-	-
Hedge de Fluxo de caixa	-	2.190	10.063	(6.243)
Total do resultado abrangente do período	<u>218.925</u>	<u>353.206</u>	<u>84.512</u>	<u>196.114</u>
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia	<u>218.925</u>	<u>353.206</u>	<u>84.512</u>	<u>196.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)**

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016		9.866.298	1.564.149	657.034	5.103.908	(3.369)	(507)	-	17.187.513
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								351.016	351.016
Hedge de fluxo de caixa							2.190		2.190
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	2.190	351.016	353.206
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Opções de compras de ações	27		2.833						2.833
Alienação de ações em tesouraria			721			656			1.377
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	3.554	-	-	656	-	-	4.210
Saldos em 30 de junho de 2017		9.866.298	1.567.703	657.034	5.103.908	(2.713)	1.683	351.016	17.544.929

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E.
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
 Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reportado)		9.866.298	1.442.097	619.513	4.650.896	(3.369)	1.887	-	16.577.322
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (ajustado)		9.866.298	1.442.097	619.513	4.650.896	(3.369)	1.887	-	16.577.322
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								202.357	202.357
Hedge de fluxo de caixa							(6.243)		(6.243)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	(6.243)	202.357	196.114
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Opções de compras de ações	26		1.055						1.055
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	1.055	-	-	-	-	-	1.055
Saldos em 30 de junho de 2016		9.866.298	1.443.152	619.513	4.650.896	(3.369)	(4.356)	202.357	16.774.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONTROLADORA
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		06/2017	06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSSL		351.016	202.357
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	13	(367.835)	(212.029)
Provisão para processos judiciais e administrativos		115	(1.437)
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		(503)	(555)
Opções de compra de ações		1.597	(1.067)
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Impostos e contribuições a recuperar		(73)	(27)
Dividendos recebidos		179.606	489.013
Depósitos judiciais		(10.090)	(7.021)
Despesas antecipadas		916	(9.678)
Outros ativos		9.067	10.460
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		(735)	(381)
Fornecedores		4.621	1.863
Impostos, taxas e contribuições		45	(73)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(92)	(150)
Outros passivos		21	18
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		167.676	471.293
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		-	-
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(144.474)	(460.262)
Alienação de ações em tesouraria		983	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(143.491)	(460.262)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		24.185	11.031
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		8.593	24.763
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		32.778	35.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		06/2017	06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL		440.647	267.653
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.980.283	1.860.823
(Ganho) / perda na venda de ativo imobilizado baixado - Torres		1.801	(37.029)
Valor residual de ativo permanente baixado		7.846	6.576
Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	25	314	589
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	204.875	147.272
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		56.291	9.788
Juros, variação monetária e cambial s/ empréstimos e outros ajustes financeiros		268.031	318.816
Juros incorridos - leasing passivo	32	131.307	118.837
Juros incorridos - leasing ativo	31	(12.656)	(12.594)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	147.827	140.517
Opções de compra de ações	26	3.227	1.055
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		136.163	(18.810)
Impostos e contribuições a recuperar		189.643	113.574
Estoques		(18.136)	(31.083)
Despesas antecipadas		(426.308)	(441.043)
Depósitos judiciais		(37.071)	(79.934)
Outros ativos		(15.902)	(86.406)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		7.325	10.926
Fornecedores		(808.824)	(1.256.255)
Impostos, taxas e contribuições		(382.938)	(162.635)
Autorizações a pagar		(919.483)	57.117
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(206.698)	(196.046)
Receita diferida		(297.230)	(247.595)
Outros passivos		(61.674)	(80.735)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		388.660	403.378
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		474.876	108.096
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		13.850	109.624
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(1.478.302)	(1.685.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(989.576)	(1.467.522)
Atividades de financiamentos			
Novos empréstimos		646.854	500.000
Amortização de empréstimos		(1.505.817)	(2.035.790)
Pagamento de leasing financeiro		(114.803)	(93.253)
Recebimento de leasing financeiro		10.922	10.234
Alienação de ações em tesouraria		983	-
Dividendos pagos		(144.474)	(460.262)
Operações com derivativos		1.565	361.224
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.104.770)	(1.717.847)
Redução em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1.705.686)	(2.781.991)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.128.186	6.100.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		3.422.500	3.318.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstrações do Valor Adicionado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	06/2016	06/2017	06/2016
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	11.068.945	11.362.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(147.827)	(140.517)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(647.388)	(788.510)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.273.730</u>	<u>10.433.232</u>
 Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(2.072.117)	(2.188.237)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.217)	(4.817)	(1.616.245)	(1.498.618)
	<u>(7.217)</u>	<u>(4.817)</u>	<u>(3.688.362)</u>	<u>(3.686.855)</u>
 Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(1.980.283)	(1.860.823)
 Valor adicionado líquido produzido	<u>(7.217)</u>	<u>(4.817)</u>	<u>4.605.085</u>	<u>4.885.554</u>
 Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	367.835	212.029	-	-
Receitas financeiras	1.245	1.990	656.501	2.015.309
	<u>369.080</u>	<u>214.019</u>	<u>656.501</u>	<u>2.015.309</u>
 Valor adicionado total a distribuir	<u>361.863</u>	<u>209.202</u>	<u>5.261.586</u>	<u>6.900.863</u>
 Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	8.627	4.040	373.987	431.937
Remuneração Direta	7.948	3.909	237.025	269.238
Benefícios	536	234	77.236	100.889
F.G.T.S.	113	97	25.686	27.353
Outros	30	(200)	34.040	34.457
Impostos, taxas e contribuições	789	1.192	3.255.096	3.667.765
Federais	789	1.176	1.234.563	1.250.339
Estaduais	-	-	2.010.619	2.409.152
Municipais	-	16	9.914	8.274
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.431	1.613	1.281.433	2.598.804
Juros	1.421	1.495	886.198	2.247.075
Aluguéis	10	118	395.235	351.729
Outros	-	-	54	-
Investimento social privado	-	-	54	-
Remuneração de Capital Próprio	351.016	202.357	351.016	202.357
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	351.016	202.357	351.016	202.357
	<u>361.863</u>	<u>209.202</u>	<u>5.261.586</u>	<u>6.900.863</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2017

DESTAQUES

Transformação da base de clientes

- **+15,1% em clientes pós-pago (contra Jun/16):** penetração de 26% sobre o total da base;
- **Aproximadamente 40% das adições brutas do pré-pago são em ofertas recorrentes;**
- **ARPU subiu 12,6% (A/A),** sexto trimestre consecutivo de crescimento.

Reforçando a liderança na cobertura 4G

- **Cobertura 4G expandiu para 1.850 cidades:** alcançando aprox. 80% da população urbana;
- **Expansão da capacidade e cobertura indoor com utilização do 700MHz:** 10 capitais já contam com essa frequência.

Receita de dados acelerou e agora representa 60% da Receita de Serviço Móvel (RSM)

- **Os usuários 4G dobraram contra Jun/16 e totalizaram 22,4 milhões de linhas** atingindo 37% da base total;
- **O ARPU de SVA atingiu R\$ 11,6,** acelerando crescimento +51,5% A/A.

Receita e EBITDA aceleram apresentando desempenho sólido

- **Receita Líquida de Serviços Móveis acelerou o crescimento para +5,0% A/A;**
- **Os custos e despesas permaneceram sob controle,** apresentando queda de 2,5% A/A;
- **EBITDA normalizado² fechou o trimestre com sólida performance (+15,5% A/A),** após desempenho sólido da receita de serviços e *opex* sob controle;
- **Pelo 15º trimestre consecutivo, a Margem EBITDA normalizada³ expandiu,** atingindo 35,3% crescendo 3,8 p.p. versus 2T16;
- **O Lucro Líquido atingiu R\$219 milhões (vs. R\$74 milhões no 2T16).**

DESCRIÇÃO		2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
Operacional	Base de Clientes ('000)	60.831	63.988	-4,9%	61.868	-1,7%	60.831	63.988	-4,9%
	Pré-pago	44.996	50.229	-10,4%	46.541	-3,3%	44.996	50.229	-10,4%
	Pós-pago	15.835	13.759	15,1%	15.326	3,3%	15.835	13.759	15,1%
	Penetração de Smartphones (%) ¹	77,1%	70,3%	6,8p.p.	73,6%	3,6p.p.	77,1%	70,3%	6,8p.p.
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida Total	3.942	3.820	3,2%	3.951	-0,2%	7.894	7.674	2,9%
	Receita Líquida de Serviços	3.750	3.570	5,0%	3.744	0,2%	7.494	7.189	4,2%
	Receita Líquida Móvel Inovativa	2.002	1.370	46,1%	1.723	16,1%	3.725	2.688	38,6%
	Receita Líquida Fixa	195	183	6,6%	179	9,3%	374	364	2,7%
	Custos Normalizados ² da Operação	(2.552)	(2.616)	-2,5%	(2.688)	-5,1%	(5.240)	(5.308)	-1,3%
	EBITDA Normalizado ²	1.391	1.204	15,5%	1.263	10,1%	2.653	2.366	12,1%
	Margem EBITDA Normalizada ²	35,3%	31,5%	3,8p.p.	32,0%	3,3p.p.	33,6%	30,8%	2,8p.p.
	Lucro Líquido	219	74	194,1%	132	65,7%	351	202	73,5%
Capex (Ex-aquisição de licenças)	809	975	-17,0%	669	20,8%	1.478	1.685	-12,3%	

¹ Abr/17

² Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários de RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITAS OPERACIONAIS

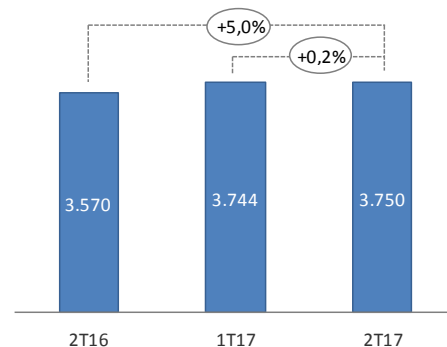
DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida	3.942	3.820	3,2%	3.951	-0,2%	7.894	7.674	2,9%
Receita de Serviços	3.750	3.570	5,0%	3.744	0,2%	7.494	7.189	4,2%
Receita Móvel	3.555	3.387	5,0%	3.565	-0,3%	7.120	6.825	4,3%
Assinatura e Utilização	890	1.189	-25,2%	1.070	-16,9%	1.960	2.387	-17,9%
SVA - Serviços de valor agregado	2.128	1.510	40,9%	1.849	15,1%	3.977	2.990	33,0%
dos quais Receita Móvel Inovativa	2.002	1.370	46,1%	1.723	16,1%	3.725	2.688	38,6%
Longa Distância	264	362	-27,1%	292	-9,6%	556	749	-25,8%
Interconexão	176	244	-27,7%	228	-22,6%	404	542	-25,5%
Outras Receitas	97	81	18,8%	126	-23,6%	223	157	42,1%
Receita Fixa	195	183	6,6%	179	9,3%	374	364	2,7%
Receita de Produtos	192	250	-23,1%	207	-7,4%	400	486	-17,7%

A Receita Líquida totalizou R\$3.942 milhões no 2T17, com crescimento de 3,2% em relação ao 2T16, tendência também observada nos 6M17 (+2,9% A/A). Esse crescimento foi gerado principalmente pela Receita Líquida de Serviços Móveis, que subiu 5,0% A/A, positivamente afetada pelo resultado do “negócio gerado” (Sainte + SVA) que aumentou 7,5% A/A. A Receita Inovativa cresceu 46,1% A/A, mais do que compensando a rápida redução dos serviços de voz, a lenta recuperação macroeconômica e o impacto negativo da VU-M.

Detalhamento da Receita Líquida e Outros Destaques:

A Receita de Serviço acelerou a trajetória do último trimestre e registrou um crescimento de 5,0% A/A no 2T17 (contra +3,5% no 1T17), essa melhoria também foi observada na Receita de Serviço Móvel (RSM) com crescimento de 5,0% A/A nesse trimestre ante +3,7% no 1T17.

A Receita de Assinatura e Utilização teve uma queda de 25,2% A/A, seguindo a mesma tendência apresentada nos últimos trimestres. Essa linha é afetada pela continua migração de voz para dados e deverá manter a trajetória à medida que a TIM introduz mais serviços de conteúdo em pacotes combinados (voz+dados). Os Minutos de Uso (MOU) totalizaram 107 minutos no 2T17 queda de 9,7% A/A, dinâmica já prevista diante da mudança do perfil de consumo dos usuários que buscam muito mais serviços de dados, conforme descrito a seguir.

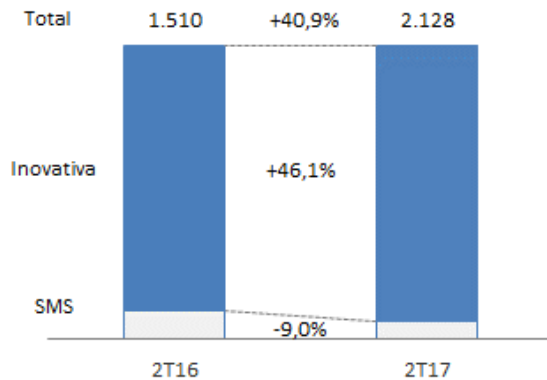
Receita Líquida de Serviços
(R\$ milhões)

O desempenho da Receita de Serviços de Valor Agregado (SVA) continuou sua trajetória de crescimento neste trimestre (+40,9% A/A) e passou a representar 59,9% da RSM. A Receita Inovativa (serviços de conectividade + conteúdo e outros SVA) cresceu 46,1% A/A. A receita de SVA deve crescer ainda mais a sua relevância nos próximos trimestres, conforme os pacotes combinados (voz + dados) aumentarem sua penetração sobre a base de clientes e o conteúdo for cada vez mais incorporado a essas ofertas.

O BOU (bytes utilizados) cresceu 62,5% A/A acompanhando a expansão das franquias de dados e em função os esforços da TIM para migrar os clientes para 4G e aumentar a penetração de smartphones, a fim de fomentar o crescimento da Receita *Inovativa*.

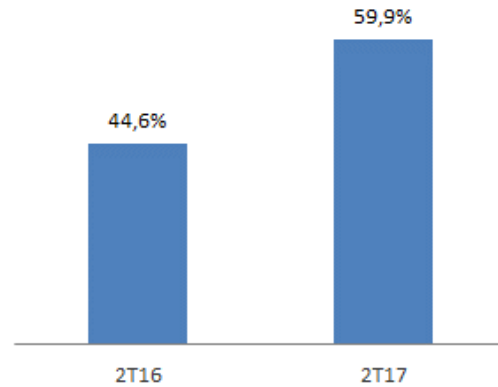
Análise da Receita Líquida de SVA

(R\$ milhões; Δ %A/A)



SVA sobre a Receita Líquida

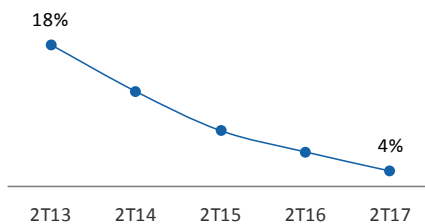
% sobre a receita de serviços móveis



A Receita de Longa Distância no 2T17 caiu 27,1% A/A, impactada pela migração dos serviços de voz para dados, com dinâmica similar a receita de assinatura.

Exposição VU-M sobre a Receita

(% sobre a Receita Líq. de Serviços)



No 2T17, a Receita de Interconexão registrou queda de 27,7% A/A. O crescimento do tráfego entrante não foi suficiente para compensar os efeitos da redução da Tarifa de Terminação Móvel (VU-M) que junto com a queda no uso do SMS seguem pressionando essa linha de receita.

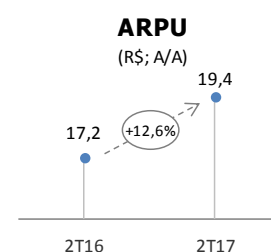
Deste modo, a incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços chegou ao seu nível mais baixo em 3,7%.

Excluindo os efeitos dos cortes na VU-M, a Receita de

Serviço Móvel cresceria 8,0% para R\$3.657 milhões, ao invés de +5,0%.

No 2T17, as Outras Receitas Móveis registraram um crescimento 18,8% A/A, impactada principalmente pelo aumento da receita de compartilhamento de rede.

O ARPU (receita média mensal por usuário) encerrou o trimestre em R\$19,4, com crescimento de 12,6% A/A, atingindo o maior patamar desde o 4T13. O ARPU de SVA registrou um crescimento significativo de 51,5% A/A, confirmando a importância destes serviços como responsáveis pela melhora receita. Os esforços da Companhia em aumentar a penetração de seu novo portfólio de ofertas, que é responsável por trazer clientes de alto valor em todos os segmentos, foram fundamentais para o desempenho do ARPU.



A Receita Líquida de Serviço Fixo cresceu 6,6% A/A, mostrando uma recuperação ante o 1T17 (-1,2% A/A). Esse desempenho é provocado pelo crescimento da receita da TIM Live e recuperação da performance dos serviços corporativos.

A Receita Líquida de Produto recuou 23,1% A/A no segundo trimestre, principalmente explicado pela queda na venda de aparelhos para clientes pré-pagos. Apesar disso, a penetração de smartphone em abril alcançou 77,1% (vs. 70,3% no 2T16).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
R\$ milhões								
Custos Reportados da Operação	(2.554)	(2.579)	-1,0%	(2.689)	-5,0%	(5.242)	(5.312)	-1,3%
Custos Normalizados¹ da Operação	(2.552)	(2.616)	-2,5%	(2.688)	-5,1%	(5.240)	(5.308)	-1,3%
Pessoal	(236)	(219)	7,8%	(223)	5,9%	(459)	(491)	-6,5%
Comercialização	(869)	(852)	1,9%	(902)	-3,7%	(1.771)	(1.748)	1,3%
Rede e Interconexão	(924)	(966)	-4,3%	(1.050)	-12,0%	(1.975)	(1.952)	1,2%
Gerais e Administrativos	(138)	(142)	-2,8%	(138)	-0,1%	(276)	(279)	-1,1%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(232)	(273)	-14,8%	(202)	14,9%	(434)	(527)	-17,6%
Provisão para Devedores Duvidosos	(83)	(69)	19,9%	(65)	27,7%	(148)	(141)	5,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(70)	(95)	-26,8%	(108)	-35,4%	(178)	(172)	3,5%
Custos Normalizados¹ da Operação Ex-CMV	(2.320)	(2.343)	-1,0%	(2.486)	-6,7%	(4.806)	(4.781)	0,5%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários de RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

Os custos e despesas normalizados totais continuam sob estrito controle, com queda de 2,5% contra 2T16, mesmo em meio a um forte crescimento da base de pós-pago e uma aceleração robusta da rede. No primeiro semestre a queda foi de 1,3% A/A.

Detalhamento do desempenho de Despesas e Custos Normalizados:

Pessoal "Normalizado" cresceu 7,8% A/A, influenciado principalmente por (i) inflação no período (INPC dos últimos 12 meses a partir de Ago/16 em 9,62%), (ii) provisões menores para participação nos resultados dos colaboradores em 2T16 e (iii) contingências com processos trabalhistas. No semestre, a linha de pessoal apresentou queda de 6,5% ante ao 6M16, tendo como principal razão a mudança na base de colaboradores.

Comercialização subiu 1,9% vs. 2T16. Essa performance pode ser explicada por (i) despesas crescentes com comissionamento, em virtude de fortes adições de pós-pago e números de Portabilidade Numérica Móvel (MNP) e (ii) despesas com publicidade, que apesar de relevantes devido ao lançamento do TIM Black (+3,1% T/T), na comparação com 2T16, foram menores devidos ao relançamento da marca realizado neste mesmo período do ano passado. No 6M17, a expansão leve de 1,3% A/A é fruto de maiores custos com comissão que foram parcialmente compensados pela redução nas despesas FISTEL.

Os custos de Rede e Interconexão (ITX) caíram 4,3% A/A, devido à queda da tarifa de interconexão (VU-M) e a preços estruturalmente menores para linhas alugadas (Resolução Anatel 639). Em direção contrária, os custos continuam pressionados pela combinação de (i) expansão de rede (+61% A/A em sites 4G e +16,7% A/A em sites 3G) influenciando aluguel de terrenos, consumo de energia e manutenção, (ii) compartilhamento de infraestrutura (que gera custos e receitas) e (iii) provedores de conteúdo. Neste trimestre, esta linha ainda apresentou dois efeitos não recorrentes que se anularam e são referentes à disputa de linhas alugadas na qual a TIM teve uma decisão positiva e outras disputas de interconexão fixa (TU-RL) referente à 2015 onde ocorreram decisões negativas. No 6M17, Rede & ITX apresentaram leve expansão (+1,2% A/A) devido aos crescimentos da rede, do compartilhamento e dos gastos com provedores de conteúdo.

No trimestre, as despesas Gerais e Administrativas Normalizadas (G&A) caíram 2,8% A/A, sendo beneficiadas pelo Plano de Eficiência com reduções em várias linhas, dentre elas, gastos com serviços de terceiros. Os mesmos elementos direcionaram a dinâmica no semestre, levando o G&A a cair 1,1% A/A.

CMV recuou 14,8% em comparação com o 2T16, em meio a uma redução de 15,3% no volume de equipamentos vendidos, capitaneado pela redução nas vendas para usuários pré-pagos. Com os custos caindo menos que a receita, ocorreu uma piora na margem de produtos (receita de aparelhos - CMV), ficando negativa em R\$40 milhões. Este resultado é explicado por um leilão de aparelhos obsoletos (preço menor de venda, porém custo igual) e pela introdução das ofertas combo que incluem a fidelização (ex. TIM Black). No 6M17, a queda em CMV foi de 17,6%.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) subiram 19,9% A/A, em meio a um crescimento contínuo na base de pós-pago (+15,1% A/A) e também influenciadas por um impacto pontual de clientes corporativos. Apesar desse desempenho, a PDD como percentual de Receita Bruta permaneceu em nível saudável (1,5%). Nestes primeiros seis meses, a PDD se elevou em 5,2% e ficou em 1,3% da Receita Bruta, denotando que a inadimplência permanece sob controle.

Outras Despesas Operacionais Normalizadas tiveram redução de 26,8% A/A no 2T17 revertendo a performance do 1T17 e fechando o semestre com leve alta de 3,5% A/A. Devido a conclusão do processo de venda das torres, esta linha foi normalizada em +R\$1,8 milhão no 2T17.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) chegaram a R\$43,1 por adição bruta neste segundo trimestre, um aumento de 33,7% A/A, devido a maiores despesas de comissionamento (mix de pós-pago mais elevado nas adições brutas) e ao incremento das ofertas com fidelização (ofertas de aparelhos com desconto e leilão de aparelhos obsoletos).

2,2

Meses de
payback

Apesar do aumento do SAC, a relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) permaneceu em um nível saudável de 2,2 meses.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Reportado	1.389	1.241	11,9%	1.263	10,0%	2.651	2.362	12,2%
Margem EBITDA Reportada	35,2%	32,5%	2,7p.p.	32,0%	3,3p.p.	33,6%	30,8%	2,8p.p.
Depreciação & Amortização	(991)	(951)	4,2%	(989)	0,2%	(1.980)	(1.861)	6,4%
Depreciação	(538)	(528)	1,9%	(540)	-0,4%	(1.078)	(1.029)	4,8%
Amortização	(453)	(423)	7,2%	(449)	1,0%	(902)	(832)	8,4%
EBIT	397	290	37,0%	274	45,1%	671	501	33,9%
Margem EBIT	10,1%	7,6%	2,5p.p.	6,9%	3,1p.p.	8,5%	6,5%	2,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(127)	(165)	-22,8%	(103)	23,3%	(230)	(234)	-1,3%
Despesas financeiras	(241)	(293)	-17,5%	(280)	-13,8%	(522)	(585)	-10,8%
Receitas financeiras	114	130	-12,0%	178	-35,7%	292	356	-18,1%
Variações cambiais, líquidas	(0)	(2)	-99,9%	(1)	-99,7%	(1)	(5)	-87,3%
Lucro antes dos impostos	270	125	115,9%	171	58,3%	441	268	64,6%
Imposto de renda e cont. social	(51)	(51)	0,9%	(39)	32,6%	(90)	(65)	37,3%
Lucro Líquido	219	74	194,1%	132	65,7%	351	202	73,5%
EBITDA Normalizado¹	1.391	1.204	15,5%	1.263	10,1%	2.653	2.366	12,1%
Margem EBITDA Normalizada ¹	35,3%	31,5%	3,8p.p.	32,0%	3,3p.p.	33,6%	30,8%	2,8p.p.
Total de Itens Normalizados	(2)	37	n.a.	(0)	n.a.	(2)	(4)	-52,1%

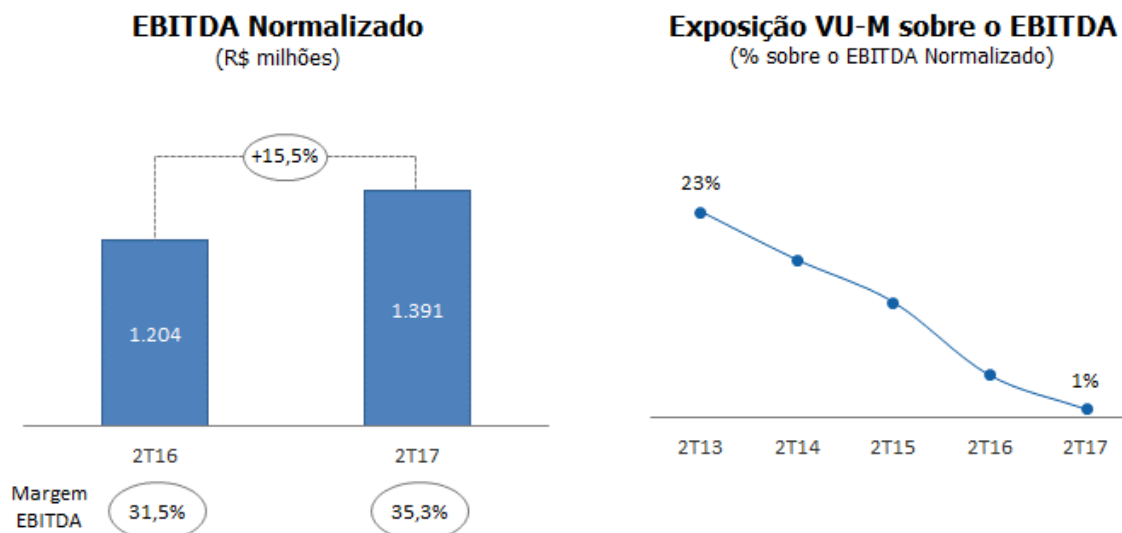
¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários de RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

EBITDA

O EBITDA normalizado (excluindo os efeitos temporários no 2T16 e 2T17) acelerou a tendência positiva iniciada no ano passado e cresceu 15,5% A/A, neste trimestre. Esta performance consistente é explicada por (i) melhoria contínua da receita de serviços, (ii) avanço da contribuição da primeira margem com as receitas de dados superando as de voz (60% da RSM); e (iii) um forte controle de custos, mantendo nosso OPEX com boa performance. No 6M17, o EBITDA normalizado cresceu 12,1% A/A.

A combinação desses fatores listados acima fomentou a expansão do EBITDA, ao mesmo tempo em que impulsionou a **margem EBITDA normalizada na comparação anual, alcançando 35,3% no 2T17** – um sólido aumento de 3,8 p.p quando comparado ao mesmo período do ano passado. A margem no semestre ficou em 33,6% com elevação de 2,8 p.p.

Importante destacar também que a **incidência da VU-M sobre o EBITDA normalizado caiu mais uma vez, atingindo cerca de 1%**, aproximando-se da situação onde a TIM terá um equilíbrio entre receitas e custos atrelados a interconexão móvel.



Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

No 2T17, D&A avançou 4,2% A/A. A Depreciação cresceu 1,9% A/A, diminuindo o ritmo de crescimento em função da desaceleração do *Capex* nos 2 últimos anos. A amortização subiu 7,2% A/A, em função do maior investimento em *software*. O EBIT normalizado expandiu 57,9% A/A no 2T17, em consequência da redução do ritmo de crescimento da D&A e pelos consistentes resultados do EBITDA. O EBIT reportado teve um crescimento de 37,0% A/A no 2T17 e 33,9% no semestre.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$127 milhões no 2T17, redução de 22,8% A/A, principalmente explicado pelos juros menores atrelados ao *hedge*, devido à redução das dívidas ligadas à moeda estrangeira. Enquanto, no semestre, o resultado ficou praticamente estável (-1,3% A/A).

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Este trimestre, o Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizaram R\$51 milhões, ficando quase estável (+0,9 % A/A). No 6M17, IR+CSLL ficaram 37,3% maiores, impactados pela venda de torres do 2T16. A taxa efetiva do 2T17 ficou em 18,9%.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Reportado cresceu 194,1% A/A, alcançando R\$219 milhões no 2T17. O Lucro por Ação (EPS) atingiu R\$0,09 no 2T17, comparado com R\$0,03 no mesmo período do ano anterior. No 6M17, o lucro reportado foi de R\$351 milhões (+73,5% A/A).

CAPEX

No 2T17, O Capex totalizou R\$809 milhões uma queda de 17,0% em comparação com o 2T16, redução que já vem acontecendo desde 2015 quando os investimentos atingiram seu pico. Neste trimestre, aproximadamente 90% Capex foi dedicado à infraestrutura, principalmente aquelas atreladas às tecnologias 3G e 4G, confirmando a tendência apresentada no último trimestre e no Plano Industrial. O total do ano até junho foi de R\$ 1.478 milhões, uma queda de 12,3% A/A.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta alcançou R\$7.827 milhões no fim do 2T17, incluindo (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$1.636 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros); e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$78 milhões (reduzindo a dívida bruta). No comparativo com o 2T16, a dívida teve um leve crescimento de 0,8%.

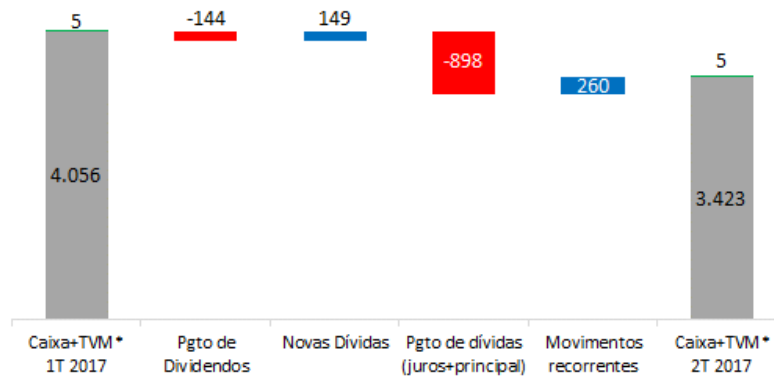
A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (79% do total), principalmente por financiamentos do BNDES, além de empréstimos de outras grandes instituições financeiras internacionais. Aproximadamente só 9% da dívida total era denominada em moeda estrangeira (USD). **O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 10,89%** vs. 12,48% no 2T16.

As posições de caixa e títulos de valores mobiliários totalizaram R\$3.428 milhões no fim do 2T17, uma redução em relação aos R\$4.061 milhões em março de 2017.

Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos, no trimestre, são apresentados a seguir:

Efeitos na Posição de Caixa

(R\$ milhões)



* Títulos de Valores Mobiliários

O rendimento financeiro médio sem títulos de valores mobiliários caiu para 11,08% no 2T17, em comparação com os 14,24% do 2T16, acompanhando a redução da taxa Selic.

A relação Dívida Líquida/EBITDA foi 0,8x no 2T17, em comparação com 0,73x no 2T16, explicado principalmente pelo do pagamento da limpeza do 700MHz realizado no 1T17. A dívida líquida totalizou R\$4.400 milhões no fim do 2T17, um crescimento quando comparado com o 2T16 (R\$ 3.957 milhões).

FLUXO DE CAIXA LIVRE

DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado ¹	1.391	1.204	15,5%	1.263	10,1%	2.653	2.366	12,1%
Capex	(809)	(975)	-17,0%	(669)	20,9%	(1.478)	(1.685)	-12,3%
EBITDA Normalizado ¹ - Capex	582	229	153,8%	594	-2,1%	1.175	681	72,5%
Capital de Giro	(215)	123	n.a.	(1.089)	-80,3%	(1.304)	(1.747)	-25,4%
Itens operacionais não recorrentes	(2)	37	n.a.	(0)	1171,4%	(2)	(4)	-57,7%
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	365	389	-6,1%	(495)	n.a.	(130)	(1.070)	-87,8%
Limpeza 700MHZ	-	-	n.a.	(859)	n.a.	(859)	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Reportado	365	389	-6,1%	(1.354)	n.a.	(989)	(1.070)	-7,6%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários de RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

Nos 6M17, o Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL), excluindo a licença 700Mhz, apresentou um significativo incremento de quase R\$ 1 bilhão quando comparado com os 6M16, a combinação positiva de maior EBITDA e menor CAPEX gerou um capital de giro menor em R\$443 milhões – em função da menor obrigação com os fornecedores. No 2T17 o FCOL foi positivo em R\$365 milhões, queda de 6,1% A/A.

IMPACTO DA VENDA DE TORRES

No 2T17, a TIM realizou o sexto e último fechamento referente Contrato de Venda de Torres firmado em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil (ATC). Ao final da última transação, foram vendidas 5.873 torres pelo valor total de R\$2,65 bilhões, como descrito abaixo:

- Primeiro fechamento: Em 29 de abril de 2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$1,9 bilhão.
- Segundo fechamento: Em 30 de setembro de 2015, a TIM transferiu 1.125 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$517 milhões.
- Terceiro fechamento: Em 16 de dezembro de 2015, a TIM transferiu 182 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$84 milhões.
- Quarto fechamento: Em 9 de junho de 2016, a TIM transferiu 270 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$109 milhões.
- Quinto fechamento: Em 20 de dezembro de 2016, a TIM transferiu 66 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$24 milhões.
- Sexto fechamento: Em 30 de junho de 2017, a TIM transferiu 54 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$20 milhões.

O contrato *master* de leasing define a venda e o arrendamento (*leaseback*) das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com a IAS17, essa operação deve ser contabilizada como (1) venda e (2) arrendamento (*leaseback*) e após as suas exigências, o *leaseback* é registrado como arrendamento financeiro.

Veja abaixo a conciliação dos efeitos na Demonstração Financeira e as notas correspondentes com mais informações sobre o sexto fechamento:

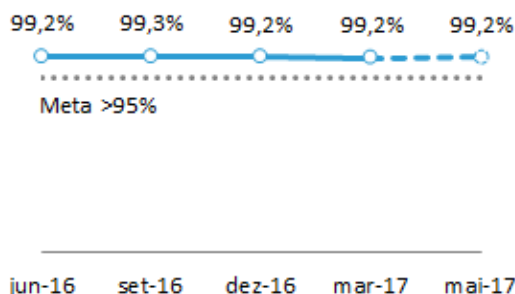
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	DESCRIÇÃO	JUN/17	ATÉ DEZ/16	TOTAL
R\$ mil				
Nota 16	Entrada de Caixa	19.118	2.632.129	2.651.247
	Valor escritural líquido das torres transferidas e custos da transação	(7.812)	(519.809)	(527.621)
	(1) Ganho relacionado à venda de componentes			
Nota 30	Parte do preço de compra apropriada à venda do componente	233	1.295.825	1.296.058
	Valor escritural líquido e outros custos	(2.598)	(238.234)	(240.832)
	Baixa de Obrigação para Restauração de Ativos (ARO)	563	197.425	197.988
Notas 16 e 30	Ganho sobre componente vendido	(1.802)	1.255.016	1.253.214
	Imposto	957	(384.705)	(383.748)
	Ganho sobre componente vendido sem impostos	(845)	870.311	869.466
	(2) Ganho relacionado ao componente leaseback			
nota 30	Parte do preço de compra relacionado ao componente leaseback	(19.263)	(1.337.638)	(1.356.901)
	Valor escritural líquido e outros custos	4.122	264.389	268.511
notas 23 e 30	Ganho diferido	(15.141)	(1.073.249)	(1.088.390)
	Arrendamento Financeiro sobre Obrigações	(19.263)	(1.337.638)	(1.356.901)
	Bens tangíveis	19.263	1.337.638	1.356.901
	Efeito líquido	233	1.295.825	1.296.058

EVOLUÇÃO DA QUALIDADE

Este trimestre, voltaremos a apresentar os KPIs de qualidade da Anatel na forma de resultado nacional (média) em substituição ao modelo de percentual de cidades na meta divulgados nos últimos trimestres. Nos últimos 12 meses (considerando os dados oficiais divulgados pela Anatel até abril de 2017 e conforme as estimativas internas para maio de 2017), a TIM manteve sólido desempenho, com todas as métricas de qualidade acima da meta da Agência.

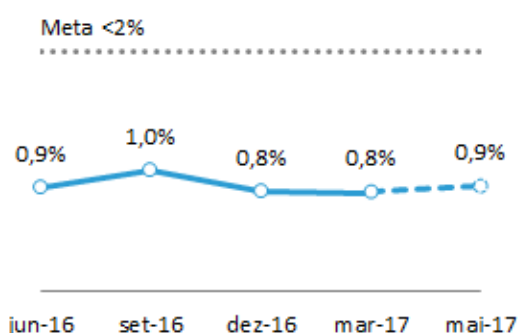
Acessibilidade de Voz

Média Nacional (% acessos sobre tentativas)



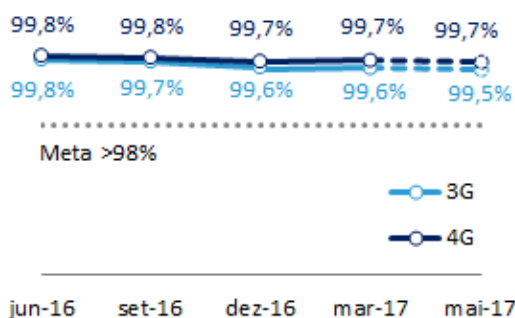
Queda de Voz

Média Nacional (% queda sobre tentativas)



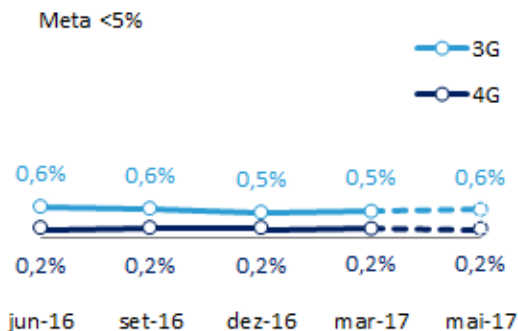
Acessibilidade de Dados (3G/4G)

Média Nacional (% acessos sobre tentativas)



Queda de Dados (3G/4G)

Média Nacional (% queda sobre tentativas)



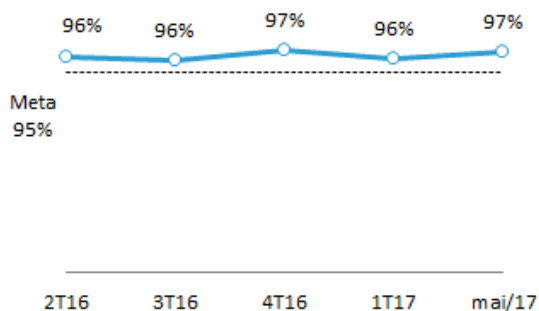
Fonte: Dados oficiais da Anatel até Abr/17

*Estimativas TIM para Mai/17

Velocidade Instantânea e Velocidade Média: Em relação às métricas da Anatel para velocidade instantânea (SMP10) e velocidade média (SMP11), a TIM manteve ambos os indicadores acima da meta da Agência, garantindo uma experiência positiva do cliente ao usar dados em um cenário de forte aumento de tráfego de dados (+72% A/A no 2T17). Tais resultados também indicam uma forte resiliência por parte de nossa rede. Os dados oficiais medidos pela Anatel vão até maio/17.

Banda Larga Móvel: Vel. Instantânea

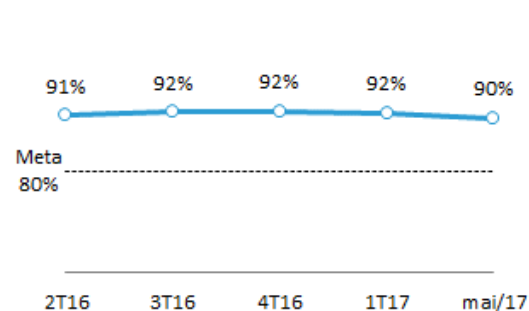
Baseado no SMP10 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes



SMP10: Mede a velocidade de conexão acima da meta da Anatel a qualquer momento. Requer que pelo menos 95% das medições estejam acima da meta. Últimos dados disponíveis

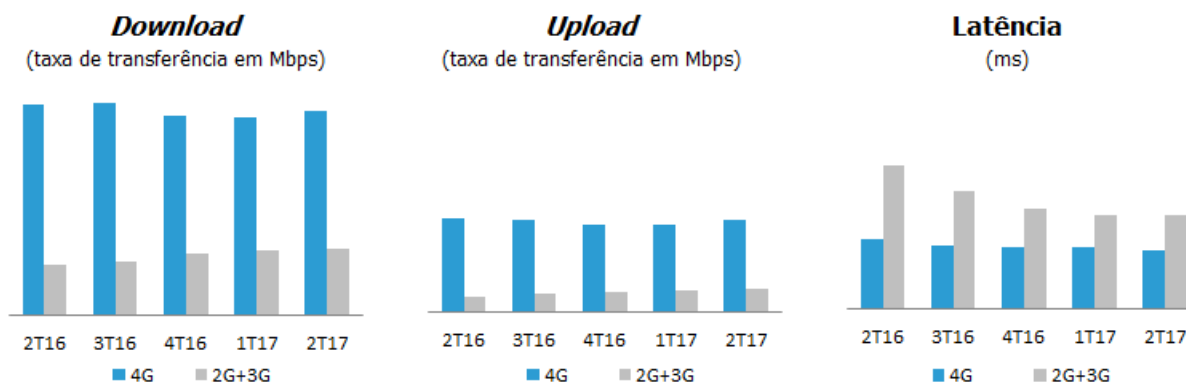
Banda Larga Móvel: Velocidade Média

Baseado no SMP11 da Anatel; Média Brasil ponderada pela base de clientes



SMP11: Velocidade média de conexão registrada ao longo do mês. Requer que a média seja pelo menos 80% da velocidade contratada. Últimos dados disponíveis.

Além dos KPIs oficiais da Anatel, os números do Speed Test (medidos pela Ookla¹) apontam contínua melhora nos indicadores de qualidade de rede da Companhia, especialmente em relação ao uso de dados. O recente ciclo intenso de Capex, cujo pico aconteceu em 2015 e iniciou seu declínio gradual a partir de 2016, aliado aos contínuos esforços em rede e qualidade garantiram resultados significativos no passado e continuam contribuindo para a evolução dos indicadores de *throughput* (downlink e uplink) e latência, especialmente, para os indicadores 4G quando comparados ao 2G+3G.



Fonte: base de dados da Ookla¹ (média nacional)

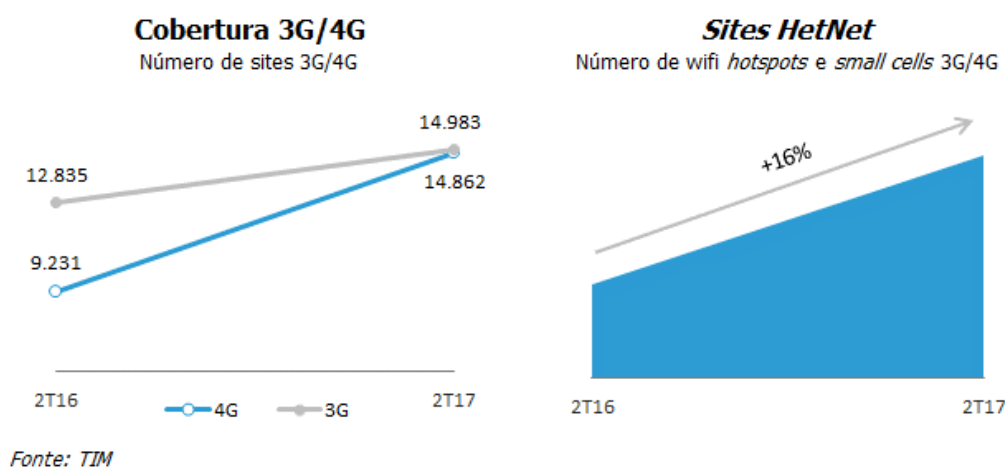
EVOLUÇÃO DA REDE

No 2T17, a TIM continuou com o seu compromisso em relação à cobertura, capacidade e disponibilidade e foi capaz de aprimorar todas as métricas de qualidade e fornecer uma melhor experiência para o cliente nas tecnologias 4G e 3G, além de manter a sua liderança nas cidades cobertas pelo 4G. A qualidade, aliada à cobertura, é fundamental para atrair e manter a base de clientes de valor, enquanto a empresa evolui principalmente no segmento pós-pago.

¹ Gerado a partir da análise da TIM sobre os resultados da Ookla Speedtest

O compromisso com o desenvolvimento da infraestrutura é evidenciado com a alocação do CAPEX, cerca de 90% dedicado à infraestrutura no 2T17, a fim de suportar o crescente tráfego de dados, que teve um aumento de 72% comparado ao 2T16. A densificação dos *sites*, a expansão da cobertura *hetnet*, o *refarming* da frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências, dependendo da localidade, foram os principais projetos de rede que apoiaram esse crescimento com alta qualidade. A expansão de infraestrutura em diversas frentes possibilita à TIM explorar novas tecnologias, como por exemplo o VoLTE e ViLTE (uso de voz e vídeo sobre LTE) que estão sendo lançados no portfólio da Companhia em julho.

O projeto *hetnet* alcançou 3,9 mil novos *hotspots* em todo o país, um aumento de 16% quando comparado com o 2T16.



No 4G, a TIM manteve sua liderança nas cidades cobertas pela tecnologia, alcançando 1.850 cidades, ou 80% da população urbana do país, um aumento de mais de 200% no número de cidades cobertas, comparado com o 2T16. Por meio do *refarming* de espectro, a Companhia foi capaz de alcançar esse relevante resultado na implementação do 4G, além de liberar um *slot* adicional de 5MHz para melhorar a sua capacidade 4G. O projeto utiliza a banda 1.800MHz e reorganiza a utilização de frequência de acordo com a disponibilidade de espectro somado a uma otimização da cobertura, utilizando menos Capex com melhores resultados.

Adicionalmente, a TIM continua com o desenvolvimento de sua rede LTE, 4G, utilizando a frequência de 700MHz, operando em 62 cidades, das quais dez são capitais – Brasília (DF), Campo grande (MS), Teresina (PI), Recife (PE), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Natal (RN), Macapá (AP), Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC). Dessa forma, a empresa é a primeira a liberar o 4G em 700 MHz em todas as principais cidades em que houve o desligamento do sinal de TV analógico. A ativação do 4G na faixa de 700 MHz permite maior alcance de sinal e aumento da velocidade, o que proporciona uma melhora na experiência de uso dos clientes. Por ser uma frequência mais baixa, o alcance de cobertura pode ser quatro vezes maior comparado ao da faixa de 2600 MHz, além de proporcionar uma maior penetração em ambientes *indoor*.

A tecnologia 3G também continua a evoluir, a TIM ampliou a sua cobertura, alcançando 2.916 cidades, ou 90% da população urbana do país, no final do segundo trimestre do ano, um aumento de 49% em termos de cidades cobertas, comparado com o mesmo período do ano anterior. A cobertura GSM permaneceu em 95% da população urbana.

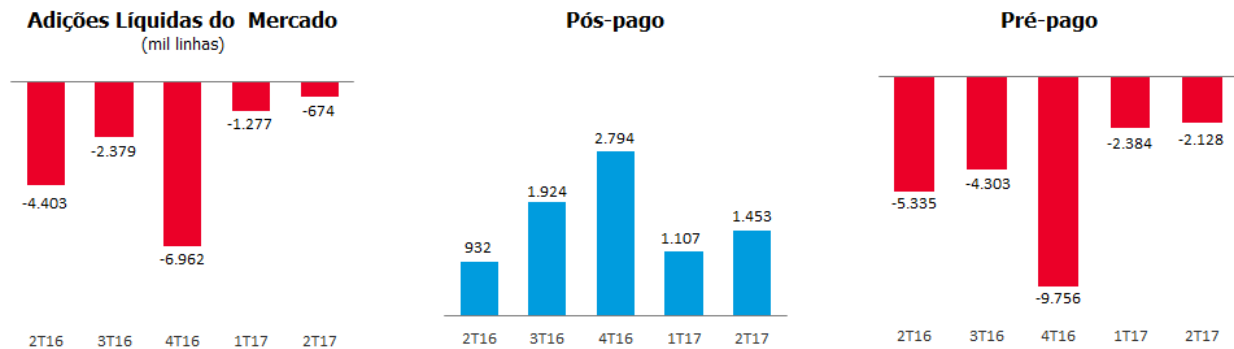


DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

MERCADO MÓVEL

DESEMPENHO DO MERCADO

A performance do mercado de telecom no 2T17 continuou sendo impactada pelo ritmo de redução de SIM cards apresentado nos últimos trimestres, ainda influenciados por ações de limpeza e pelo processo de consolidação de múltiplos chips.



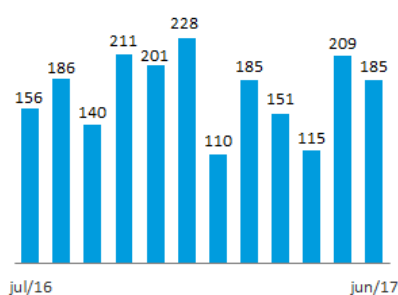
Fonte Anatel

DESEMPENHO DA TIM

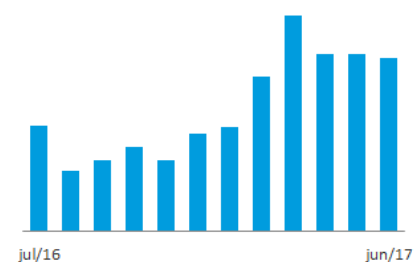
Ao final de Junho/17, a TIM possuía 60,8 milhões linhas ativas, conservando a tendência apresentada no último trimestre de redução de base de clientes. No trimestre, a Companhia apresentou adições líquidas negativas de 1,0 milhão de linhas. Apesar de apresentar adições líquidas positivas de 508,9 mil linhas no segmento pós-pago, as ações de limpeza no pré-pago foram novamente superiores gerando um resultado geral negativo.

As adições brutas totalizaram 6,9 milhões de linhas, redução de 2,9% na comparação anual. O mix de pós pago em 2T17 foi de 11,6% e apresentou uma ligeira melhora em relação aos 10,7% do 2T16. Já as desconexões recuaram 23,5% A/A, principalmente, devido em função da melhora no segmento pré-pago, que representou 94% do total no trimestre. Desta forma, a taxa de desconexão do 2T17 foi de 4,3%, ante 15,6% no 2T16.

Pós-pago: Adições Líquidas em 12 Meses
(mil linhas)



Portabilidade de Números Móveis
(quantidade de linhas pós-pagas)



No 2T17, portabilidade numérica móvel (PNM) no pós-pago continuou a ter resultado positivo. Esse resultado é observado em todos os segmentos do pós-pago e em relação a todos os concorrentes.

No 2T17, a base de clientes pós-pago da TIM aumentou 15,1% A/A, atingindo um total de 15,8 milhões de usuários. As adições líquidas permaneceram

em ritmo de crescimento elevado, atingindo 508,9 mil linhas no trimestre ante 211,5 mil no 2T16. A migração de clientes pré-pago para o pós-pago, menor taxa de desconexão e a portabilidade numérica favorável continuam sendo os principais pilares para o aumento da nossa base pós-paga.

No do pré-pago, a desconexão de 1,5 milhão de linhas continuou forte, porém inferior ao apresentado no trimestre imediatamente anterior. Os principais motivos para esse movimento foram a migração dos clientes do plano pré-pago para os planos Controle, em conjunto com a rígida política de desconexão para manter a base limpa.

Detalhando a base de cliente por tecnologia:

- **O 3G totalizou 24,3 milhões de usuários** no 2T17, redução de 28,4% A/A, equivalente a 9,7 milhões de linhas, uma vez que os clientes estão migrando para aparelhos mais modernos com tecnologia 4G.
- **O 4G atingiu 22,4 milhões de usuários.** Na comparação com o 1T17, o 4G apresentou crescimento de 13,7%, ou 2,7 milhões de linhas, enquanto em relação ao mesmo trimestre do ano passado a variação foi de 100,4%, ou 11,2 milhões de linhas. Esse crescimento corrobora a eficácia das campanhas para a migração de usuários 3G para a tecnologia 4G para que os clientes tenham uma melhor experiência de uso em função dos investimentos realizados pela Companhia para aumentar a cobertura e a qualidade da rede LTE.

A penetração total de smartphones atingiu >77% da base de clientes em abril de 2017, um aumento relevante de 6,8 p.p. quando comparado com o Jun/16, como resultado da estratégia da Companhia em equipar seus clientes, a fim de estimular a penetração dos serviços de dados, especialmente em relação à tecnologia 4G.

MERCADO DE BANDA LARGA FIXA

No 2T17, os resultados da TIM Live permaneceram sólidos e consistentes quando analisados os principais indicadores: receita, clientes, cobertura e qualidade.

O trimestre fechou com crescimento de receita de mais de 30% A/A, tendo como motores (i) o crescimento de 30% A/A da base, que atingiu 348 mil usuários em Junho/17 e (ii) o crescimento do ARPU de 11% A/A, sendo puxado pela contratação de planos de maior valor (+11% A/A em planos acima de 50 Mbps).

Este crescimento foi conquistado de forma eficiente conjugando a ampliação de cobertura (domicílios endereçáveis) em +42% ante ao mesmo período de 2016 e uma maior taxa de ocupação (+6p.p.) das MSANs instaladas.

Mais uma vez a qualidade do serviço da Live é reconhecida de

Evolução de Clientes TIM Live
(# usuários)



forma destacada com a permanência em primeiro lugar no ranking da Netflix de provedores do Brasil. Esta é a 22ª liderança em um total de 25 períodos analisados pela empresa de streaming de vídeos.

A iniciativa de banda larga fixa através de tecnologia WTTx (TIM Casa Internet) continua evoluindo em *soft launch* e chega a segunda cidade, Campo Grande – capital do estado de Mato Grosso do Sul. O serviço é provido através da rede móvel no espectro de 700MHz, o que garante uma boa experiência dos usuários sustentando uma excelente avaliação de qualidade (acima de 9 numa escala de 0 a 10). Desde o início dos testes o perfil dos clientes que aderem a solução é de usuários que não tinham acesso à internet residencial (80%).



A SOLUÇÃO PERFEITA PARA SUA CASA.
Internet de qualidade e a comodidade de um telefone fixo.

4 Mega
= R\$ 119,90/mês
*Modem sem custo adicional

TIM Fixo
= R\$ 39,90/mês

The advertisement features a dark blue background with white and red text. On the right side, there is a photograph of a smiling family (a man, a woman, and a young girl) looking at a tablet together.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA & GOVERNANÇA

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - CONSUMO DE ENERGIA

Alinhada com os princípios de sua Política Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios.

Descrição	6M17	6M16	% A/A
Eletricidade, em MWh	344.401 ¹	208.074	65,5
Combustíveis, em litros	514.449 ¹	664.986	-22,6

⁽¹⁾ Dados sujeitos à alteração após encerramento da verificação externa

Apesar do já esperado aumento do consumo de energia, devido à expansão da infraestrutura de rede, a TIM investe em ações de eficiência energética. Alguns exemplos dessas ações são:

- Projeto Swap (substituição dos equipamentos de acesso antigos por modelos mais modernos e eficientes);
- Acordos de RAN Sharing (modelo de compartilhamento da infraestrutura de rede com outras operadoras);
- FreeCooling (sistema de ventilação de contêineres de equipamentos por meio da instalação de equipamentos de refrigeração em sites, que reduz o uso de energia e de gases refrigerantes nos equipamentos de ar condicionado).

(Indicadores EN3 e EN6, GRI¹ G4)

Atualmente, a busca pela otimização de espaço para implantação de antenas e equipamentos de telecomunicações associado ao crescimento da densidade populacional urbana proporcionaram um cenário de aglomerações de antenas no topo de prédios, fachadas e estruturas metálicas. Neste contexto surgiu o Biosite, estrutura com significativa redução no impacto visual e que contribui para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana. Sua multifuncionalidade pode agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e segurança através de câmeras de vigilância. Ao final de junho de 2017, o projeto alcançou um total de 433 Biosites ativos.

¹ GRI: Global Reporting Initiative, padrão de relato internacional através de indicadores de desempenho, sobre o qual a TIM se baseia para seu Relatório de Sustentabilidade.

GOVERNANÇA

A TIM é aderente às boas práticas de Governança Corporativa e adota como linhas mestras a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade social corporativa. Veja abaixo os destaques para o 2T17 quanto às atividades realizadas pelo Conselho de Administração da Companhia e seus Comitês de assessoramento:

Atividades do Conselho de Administração

- Membros: 10 membros (3 independentes);
- Reuniões: 4 reuniões com comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise e aprovação do Relatório Financeiro Trimestral para o exercício encerrado em 31 de março de 2017;
 - Conhecimento da atualização do Projeto de alienação de torres das subsidiárias da Companhia;
 - Deliberação sobre estudo de reorganização societária;
 - Deliberação sobre a proposta de novas regras de Governança Corporativa;
 - Deliberação sobre a manifestação de voto sobre a alteração do Regulamento do Novo Mercado;
 - Deliberação sobre contratos com Partes Relacionadas;
 - Deliberação sobre eleição do Presidente e Secretário do Conselho de Administração;
 - Deliberação sobre a composição do Comitê de Auditoria Estatutário;
 - Deliberação sobre a composição do Comitê de Controle e Riscos;
 - Deliberação sobre a composição do Comitê de Remuneração.

Atividades do Conselho Fiscal

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 2 reuniões com comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório da Auditoria Independente, BDO RCS Auditores Independentes S.S. para o exercício encerrado em 31 de março de 2017;
 - Análise do Relatório Financeiro Trimestral para o exercício encerrado em 31 de março de 2017;
 - Deliberação sobre a eleição do Presidente do Conselho Fiscal.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário

- Membros: 3 membros (3 independentes);
- Reuniões: 6 reuniões com comparecimento médio de 94%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do Relatório da Auditoria Independente, BDO RCS Auditores Independentes S.S. para o exercício encerrado em 31 de março de 2017;
 - Análise do Relatório Financeiro Trimestral para o exercício encerrado em 31 de março de 2017;
 - Análise do *Enterprise Risk Management Process* e do *Risk Appetite da Companhia*;
 - Conhecimento sobre os procedimentos operacionais de *Cyber Security*;
 - Análise da proposta de novas regras de Governança Corporativa;
 - Análise da proposta de alteração da Política de Conflito de Interesses;
 - Parecer acerca da manifestação de voto sobre a alteração do Regulamento do Novo Mercado;
 - Análise do Relatório de Sustentabilidade 2016;
 - Parecer sobre contratos com Partes Relacionadas
 - Deliberação sobre a eleição do Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário.

Atividades do Comitê de Remuneração

- Membros: 3 membros;
- Reuniões: 2 reuniões com comparecimento médio de 100%;
- Atividades mais relevantes:
 - Análise do programa de Management by Objectives (“MBO”) 2017;
 - Análise da proposta de critérios de distribuição da remuneração global dos administradores;
 - Deliberação sobre a eleição do Presidente do Comitê de Remuneração.

Atividades do Comitê de Controle e Riscos

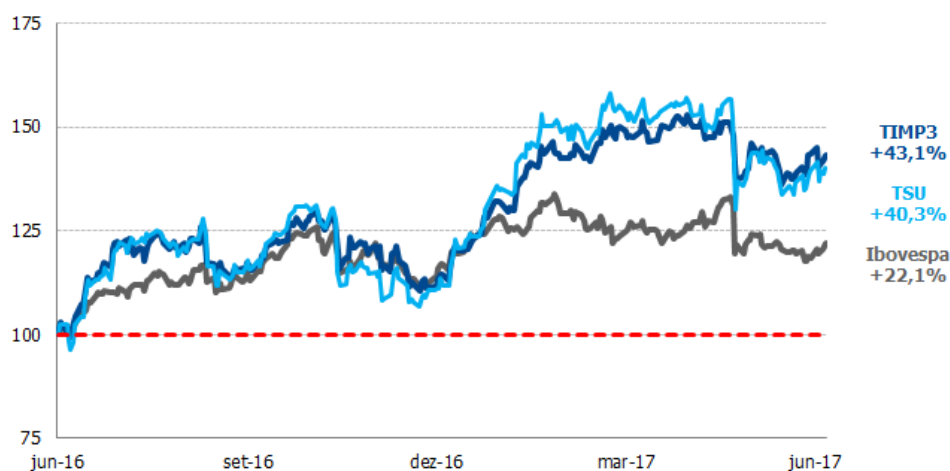
- Membros: 5 membros (2 independentes);
- Reuniões: 3 reuniões com comparecimento médio de 87%;
- Atividades mais relevantes:
 - Supervisão e avaliação dos trabalhos da Auditoria Interna e *Compliance*;
 - Conhecimento sobre os procedimentos operacionais de *Cyber Security*;
 - Análise do *Enterprise Risk Management Process* e do *Risk Appetite da Companhia*
 - Análise da proposta de novas regras de Governança Corporativa;
 - Análise da proposta de alteração da Política de Conflito de Interesses;
 - Análise do Relatório de Sustentabilidade 2016;
 - Deliberação sobre a eleição do Presidente do Comitê de Controle e Riscos.

DESEMPENHO NA BOLSA

As ações da Companhia, TIMP3, encerraram o 2T17 a R\$9,79, um aumento de 43,1% comparado com 2T16. No mesmo período, o Ibovespa (principal índice brasileiro da bolsa de valores B3) valorizou 22,1%. As ADRs da Companhia, TSU, encerraram o 2T17 a US\$14,80, um aumento de 40,3% em comparação ao 2T16. Em 2017, as ações e ADRs da Companhia acumulam alta de 25,0% e 25,4%, respectivamente, enquanto o Ibovespa avança 4,4%.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 31 de junho de 2016; $\Delta\%$ Jun-16 x Jun-17)



Fonte: Bloomberg

 **EVENTOS SUBSEQUENTES****Reorganização da Estrutura Societária das Controladas da Companhia**

A TIM informa a deliberação do Conselho de Administração sobre a adoção dos procedimentos necessários para implementar o projeto de reorganização societária de suas controladas, por meio da incorporação da TIM Celular S.A. pela Intelig Telecomunicações Ltda..

A Reorganização tem por objetivo capturar sinergias operacionais e financeiras, através da implementação de uma estrutura mais eficiente de processos, bem como de sistemas contábeis e controles internos.

A decisão a respeito da efetiva Reorganização está sujeita à anuência da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e do consentimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de credor da Companhia, além da aprovação dos órgãos societários competentes das sociedades envolvidas.

Mais informações a respeito da Reorganização podem ser encontradas no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de julho de 2017.

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das S/A. Todas as comparações referem-se ao segundo trimestre de 2016 (2T16) e ao primeiro trimestre de 2017 (1T17), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Essas declarações não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Demonstrações de Fluxo de Caixa

Anexo 2: Indicadores Operacionais

Anexo 1 TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstrações de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
R\$ milhões								
Posição Financeira Líquida inicial	4.372	3.476	25,8%	2.721	60,7%	2.721	1.733	57,0%
EBITDA Normalizado ¹	1.391	1.204	15,5%	1.263	10,1%	2.653	2.366	12,1%
Capex	(809)	(975)	-17,0%	(669)	20,9%	(1.478)	(1.685)	-12,3%
EBITDA Normalizado - Capex	582	229	153,8%	594	-2,1%	1.175	681	72,5%
Δ Capital de Giro	(215)	123	n.a.	(1.089)	-80,3%	(1.304)	(1.747)	-25,4%
Itens operacionais não recorrentes	(2)	37	n.a.	(0)	1171,4%	(2)	(4)	-57,7%
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	365	389	-6,1%	(495)	n.a.	(130)	(1.070)	-87,8%
Limpeza 700MHZ	-	-	n.a.	(859)	n.a.	(859)	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Reportado	365	389	-6,1%	(1.354)	n.a.	(989)	(1.070)	-7,6%
Investimentos financeiros	-	-	n.a.	-	n.a.	-	-	n.a.
Alienação de ativos	15	108	-86,3%	-	n.a.	15	111	-86,7%
Impacto líquido financeiro de juros	(201)	(230)	-12,6%	(178)	12,9%	(379)	(362)	4,7%
Imposto pago	(50)	(134)	-62,7%	(72)	-30,6%	(122)	(220)	-44,5%
Outros impactos	(13)	(154)	-91,6%	(47)	-72,2%	(60)	(223)	-73,2%
Fluxo de Caixa líquido antes de dividendos e variação no capital próprio	116	(21)	n.a.	(1.651)	n.a.	(1.535)	(1.764)	-13,0%
Dividendos	(144)	(460)	-68,7%	-	n.a.	(144)	(460)	-68,7%
Variação no capital próprio	-	-	n.a.	-	n.a.	-	-	n.a.
Fluxo de Caixa Líquido	(28)	(481)	-94,2%	(1.651)	-98,3%	(1.679)	(2.224)	-24,5%
Posição Financeira Líquida final	4.400	3.957	11,2%	4.372	0,6%	4.400	3.957	11,2%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários de RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

Anexo 2 TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T17	2T16	%A/A	1T17	%T/T	6M17	6M16	% A/A
Base Móvel Brasil ('000)	242.116	253.408	-4,5%	242.790	-0,3%	242.116	253.408	-4,5%
Penetração Total Estimada ¹	116,7%	123,0%	-6,3p.p.	117,2%	-0,5p.p.	116,7%	123,0%	-6,3p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.460	3.460	0,0%	3.460	0,0%	3.460	3.460	0,0%
Market share	25,1%	25,3%	-0,1p.p.	25,5%	-0,4p.p.	25,1%	25,3%	-0,1p.p.
Total de Linhas - TIM ('000)	60.831	63.988	-4,9%	61.868	-1,7%	60.831	63.988	-4,9%
Pré-pago	44.996	50.229	-10,4%	46.541	-3,3%	44.996	50.229	-10,4%
Pós-pago	15.835	13.759	15,1%	15.326	3,3%	15.835	13.759	15,1%
Adições Brutas ('000)	6.924	7.128	-2,9%	7.016	-1,3%	13.941	14.680	-5,0%
Adições Líquidas ('000)	(1.036)	(3.281)	-68,4%	(1.550)	-33,1%	(2.587)	(2.246)	15,2%
Churn (%)	-4,3%	-15,6%	11,3p.p.	-13,6%	9,3p.p.	-17,9%	-25,1%	7,2p.p.
ARPU (R\$)	19,4	17,2	12,6%	19,0	2,0%	19,2	17,2	11,7%
MOU	107	118	-9,7%	107	0,1%	107	118	-9,9%
SAC/Adições Brutas (R\$)	43	32	34,0%	34	25,7%	39	30	27,2%
Aparelhos vendidos ('000)	304	358	-15,3%	248	22,2%	552	721	-23,5%
Penetração de Smartphones (%) ²	77,1%	70,3%	6,8p.p.	73,6%	3,6p.p.	77,1%	70,3%	6,8p.p.
Colaboradores	9.482	12.104	-21,7%	9.687	-2,1%	9.482	12.104	-21,7%

¹ Mai/17

² Abr/17

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 30 de junho de 2017, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2016) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. ("TIM Celular")

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig")

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC apenas na modalidade Local e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 / IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 / IAS 34, a Companhia adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos/exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Nas informações trimestrais individuais apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas informações trimestrais individuais e nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de julho de 2017.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2017. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Embora o Grupo ainda não tenha finalizado a análise quantitativa da aplicação do IFRS 9, não é esperado impacto relevante nas informações trimestrais, haja vista que a Companhia não possui atualmente política de contabilidade de hedge. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas.

IFRS 15 Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Até o momento a aplicação da norma pode apresentar um efeito material na apresentação das informações trimestrais da Grupo Tim Participações S.A., dependendo do modelo de negócios adotado.

As novas disposições abordam, as seguintes questões:

- No caso de contratos com várias obrigações de desempenho (por exemplo, contrato móvel mais aparelho) com produtos subsidiados entregues antecipadamente, uma parcela maior do total da remuneração é atribuível ao componente fornecido antecipadamente (aparelho), exigindo reconhecimento prévio de receita. Isso gera o reconhecimento do que é conhecido como um ativo contratual - um valor a receber decorrente do contrato com cliente que ainda não foi reconhecido na posição patrimonial da Companhia
- Ao mesmo tempo, isso leva a uma maior receita com a venda de bens e produtos e reduz as receitas provenientes da prestação de serviços.
- Futura capitalização e alocação de despesas com comissões de vendas (Custos de aquisição de clientes) ao longo do período estimado de retenção de clientes.
- Aumento do total de ativos na primeira adoção devido à capitalização do ativo contratual e custos de aquisição de clientes.
- Diferimento, por exemplo, posterior reconhecimento de receitas em casos em que "direitos materiais" são concedidos, como oferecer descontos adicionais para compras futuras de produtos.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que o principal impacto para o Grupo poderá acontecer em novos contratos de retenção de clientes (fidelização) que (1) venham ter prestação de serviços com fornecimento de produtos subsidiados e (2) desconto concedido em

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

aparelhos que deve ser alocado proporcionalmente à receita de produtos e de serviços.

IFRS 16 Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação dessa norma poderá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados das operações do Grupo dependendo do modelo de negócio aplicado.

Em particular:

- Considerando que anteriormente existia um requisito de divulgação das obrigações de pagamento de despesas referentes a operações de leasing operacional nas notas explicativas às informações trimestrais, a partir da implementação da nova regra os direitos e obrigações resultantes das transações de arrendamento devem ser reconhecidos como direitos de uso e dívida de arrendamento no Balanço Patrimonial da Companhia.
- O Grupo prevê um aumento no total de ativos no momento inicial de adoção e também um do aumento do passivo de arrendamento mercantil, bem como de aumento do ativo não circulante devido aos ativos de direito de uso a serem capitalizados.
- O acréscimo nos passivos de arrendamento conduz a um aumento correspondente em dívida líquida.
- A partir da adoção da nova regra, as despesas de depreciação e juros serão reconhecidas nas demonstrações de resultado em lugar das despesas de arrendamento operacional. Isto terá um impacto positivo no EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Imposto, Depreciação e Amortização) e também um aumento correspondente do caixa líquido proveniente de atividades operacionais reportadas no fluxo de caixa.
- Para o Grupo como locatário, a nova definição de arrendamento pode impactar também o número de itens a serem contabilizados como arrendamentos.

Os efeitos serão avaliados como parte de um projeto de implementação do IFRS 16 e uma estimativa confiável nesse momento dos efeitos quantitativos não é possível até que o projeto esteja concluído. Com relação aos efeitos qualitativos, as principais transações que deverão ser contabilizadas como direito de uso incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques, aluguel de site e aluguel de compartilhamento de infraestrutura.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa (nota 15).

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

No semestre findo em 30 de junho de 2017, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos imobilizados e intangíveis nesse período.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Caixa e bancos	496	242	84.734	92.860
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	32.282	8.351	3.337.766	5.035.326
	<u>32.778</u>	<u>8.593</u>	<u>3.422.500</u>	<u>5.128.186</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 100,81% (101,10% em 31 de dezembro de 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Fundo cambial	5.077	479.953
	<u>5.077</u>	<u>479.953</u>
Parcela circulante	(5.077)	(479.953)

Durante 2015 foram adquiridas quotas de fundo cambial não exclusivo. Este fundo cambial tem liquidez diária e o objetivo é de acompanhar o comportamento do dólar dos Estados Unidos da América, além de ser composto basicamente por títulos públicos de altíssima liquidez. A aplicação tinha como objetivo reduzir o risco cambial sobre o pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. A classificação como títulos e valores mobiliários ocorre em função da mudança significativa de valor no caso de uma modificação relevante da taxa de câmbio.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o 1º. semestre de 2017 a Companhia realizou o resgate do Fundo Cambial quase em sua totalidade, devido a estratégia financeira da Companhia.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Serviços faturados	1.362.371	1.175.091
Serviços a faturar	537.941	653.333
Uso de rede	390.320	527.179
Venda de mercadorias	807.343	956.056
Outras contas a receber	2.603	2.062
	<u>3.100.578</u>	<u>3.313.721</u>
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(420.467)	(370.452)
	<u>2.680.111</u>	<u>2.943.269</u>
Parcela circulante	(2.655.144)	(2.919.177)
Parcela não circulante	<u>24.967</u>	<u>24.092</u>

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	370.452	351.381
Constituição	147.827	266.442
Baixas	(97.812)	(247.371)
Saldo final	<u>420.467</u>	<u>370.452</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
A vencer	1.973.148	2.378.345
Vencidos até 30 dias	261.252	231.024
Vencidos até 60 dias	118.864	107.584
Vencidos até 90 dias	136.834	135.164
Vencidos a mais de 90 dias	610.480	461.604
	<u>3.100.578</u>	<u>3.313.721</u>

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	143.182	132.857
Acessórios e cartões pré-pagos	20.278	18.115
TIM chips	13.639	13.114
	<u>177.099</u>	<u>164.086</u>
Perdas para ajuste ao valor de realização	(15.030)	(20.152)
	<u>162.069</u>	<u>143.934</u>

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
ICMS	1.426.404	1.465.088
Outros	39.505	35.909
	<u>1.465.909</u>	<u>1.500.997</u>
Parcela circulante	(528.030)	(633.854)
Parcela não circulante	937.879	867.143

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Imposto de renda e Contribuição social (i)	1.515	1.579	268.211	431.005
PIS / COFINS (ii)	20.185	20.185	58.663	52.879
Outros	725	587	63.156	51.820
	22.425	22.351	390.030	535.704
Parcela circulante	(22.425)	(22.351)	(185.249)	(334.806)
Parcela não circulante	-	-	204.781	200.898

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem as antecipações realizadas ao longo do período/exercício.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se: (i) aos créditos oriundos de processo judicial com decisão favorável definitiva, que discutia a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98; e (ii) à créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 33.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Prejuízo fiscal	36.658	32.246	903.479	935.146
Base negativa de contribuição social	13.261	11.673	338.871	350.271
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	-	674	183.718	162.622
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	688	-	149.684	132.779
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	12.037	13.008
Imposto de renda diferido s/ ajustes CPC's:				
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Outros	-	-	7.118	8.200
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	18.622	16.144
Provisão para participação dos empregados	770	1.079	21.804	27.520
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(359.909)	(328.152)
Operações com derivativos	-	-	(26.566)	(46.053)
Juros capitalizados 4G	-	-	(223.995)	(173.408)
Custo atribuído – Intelig	-	-	(101.594)	(108.358)
Outros	-	-	40.152	31.471
	104.946	99.241	1.101.267	1.159.036
Imposto de renda e Contribuição social diferidos ainda não reconhecidos (Intelig e TIM Participações)	(104.946)	(99.241)	(1.197.973)	(1.225.704)
	-	-	(96.706)	(66.668)
Parcela imposto ativo diferido	-	-	30.478	41.690
Parcela imposto passivo diferido	-	-	(127.184)	(108.358)

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2017	64.617
2018	139.816
Prejuízos fiscais e base negativa	204.433
Diferenças temporárias	(230.023)
Total	(25.590)

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2016.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$43.978 durante o período findo em 30 de junho de 2017 (R\$95.687 em 30 de junho de 2016).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foi reconhecido créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$101.371 em 30 de junho de 2017 (R\$99.241 em 31 de dezembro de 2016).

No caso da controlada Intelig, considerando que a mesma não apresenta histórico de lucro tributável constante e expectativa de lucro tributável futuro suficiente para compensação de prejuízo fiscal e base negativa, não foi reconhecido no período a totalidade de créditos tributários disponíveis no montante total de R\$1.093.027 em 30 de junho de 2017 (R\$1.126.463 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$987.999 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$105.028 referem-se a diferenças temporárias.

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Fistel (*)	463.797	-
Propagandas não veiculadas (**)	62.659	85.905
Aluguéis e seguros	48.894	58.366
Swap de rede (***)	24.562	28.932
Outros	11.162	11.563
	611.074	184.766
Parcela circulante	(564.187)	(130.392)
Parcela não circulante	46.887	54.374

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) A taxa Fistel, paga em março de 2017, refere-se ao exercício de 2017 e está sendo apropriada mensalmente ao resultado do período a proporção de 1/12 avos.

(**) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(***) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Cível	-	15.111	329.844	471.922
Trabalhista	91.023	73.007	522.033	468.009
Tributário	1.648	1.585	277.201	291.745
Regulatório	-	-	111	111
Outros (*)	7.798	154	209.586	62.338
Parcela não circulante	<u>100.469</u>	<u>89.857</u>	<u>1.338.775</u>	<u>1.294.125</u>

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado mensalmente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo para discussão é de R\$62.059 (R\$59.546 em 31 de dezembro de 2016).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$89.984 (R\$87.093 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$70.037 (R\$67.697 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$9.470 (R\$33.489 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$14.148 (R\$13.542 em 31 de dezembro de 2016).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.328 (R\$10.036 em 31 de dezembro de 2016).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$6.832 (R\$6.453 em 31 de dezembro de 2016).
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.857 (R\$5.745 em 31 de dezembro de 2016).

- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$4.314 (R\$4.222 em 31 de dezembro de 2016).
- (ix) Depósito realizado pela Intelig – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$51.285 (R\$48.873 em 31 de dezembro de 2016).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

	06/2017		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	16.169.707	1.148.134	
Lucro líquido do período	319.615	47.871	
Resultados não realizados	-	349	
Lucro líquido ajustado do período	319.615	48.220	367.835
Resultado de equivalência patrimonial	319.615	48.220	367.835
Valor do investimento	16.169.707	1.148.134	17.317.841

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2016		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.892.119	1.099.417	
Resultados não realizados	-	(350)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	
Lucro líquido do exercício	691.237	76.198	
Resultados não realizados	-	807	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Valor do investimento	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	<u>16.991.186</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>
Resultado de equivalência patrimonial	691.237	77.005	768.242
Dividendos propostos	(134.606)	-	(134.606)
Opções de compra de ações	3.904	219	4.123
Hedge de fluxos de caixa	(1.231)	(959)	(2.190)
Complemento de aposentadoria	(204)	-	(204)
Dividendos complementares pagos	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>	<u>(20.000)</u>
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2016	15.892.119	1.099.067	16.991.186
Resultado de equivalência patrimonial	319.615	48.220	367.835
Opções de compra de ações	1.742	(112)	1.630
Hedge de fluxos de caixa	1.231	959	2.190
Dividendos complementares	<u>(45.000)</u>	<u>-</u>	<u>(45.000)</u>
Saldo do investimento em 30 de junho de 2017	<u>16.169.707</u>	<u>1.148.134</u>	<u>17.317.841</u>

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em Dez/16	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em Jun/17
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	17.232.254	-	804	662.485	17.895.543
Cabos de fibra ótica	600.504	-	-	38.979	639.483
Aparelhos em comodato	2.071.334	-	(11.496)	59.638	2.119.476
Infraestrutura	5.269.043	26.077	(1.998)	177.538	5.470.660
Bens de informática	1.550.614	-	-	34.015	1.584.629
Bens de uso geral	675.682	-	-	21.978	697.660
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	658.155	(2.564)	(1.318.259)	1.156.938
Total Imobilizado Bruto	29.259.831	684.232	(15.254)	(323.626)	29.605.183
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(11.969.208)	(717.157)	290	-	(12.686.075)
Cabos de fibra ótica	(242.709)	(22.860)	-	-	(265.569)
Aparelhos em comodato	(1.905.228)	(65.477)	2.498	-	(1.968.207)
Infraestrutura	(2.224.932)	(213.379)	191	330	(2.437.790)
Bens de informática	(1.372.663)	(38.991)	-	-	(1.411.654)
Bens de uso geral	(460.561)	(20.633)	-	(330)	(481.524)
Total Depreciação Acumulada	(18.175.301)	(1.078.497)	2.979	-	(19.250.819)
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.263.046	(717.157)	1.094	662.485	5.209.468
Cabos de fibra ótica	357.795	(22.860)	-	38.979	373.914
Aparelhos em comodato	166.106	(65.477)	(8.998)	59.638	151.269
Infraestrutura	3.044.111	(187.302)	(1.807)	177.868	3.032.870
Bens de informática	177.951	(38.991)	-	34.015	172.975
Bens de uso geral	215.121	(20.633)	-	21.648	216.136
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	658.155	(2.564)	(1.318.259)	1.156.938
Total Imobilizado líquido	11.084.530	(394.265)	(12.275)	(323.626)	10.354.364

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

O montante de R\$323.626 na coluna de transferências foi reclassificado da rubrica "obras em andamento" do ativo imobilizado para a rubrica "ativos intangíveis em desenvolvimento" no ativo intangível para melhor apresentação em decorrência da natureza dos ativos.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	5 a 10

Em 2016, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) Custos com comissões diferidas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado					
	Saldo em Dez/16	Adições	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em Jun/17
<u>Custo do Intangível Bruto</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	14.612.475	-	740.278	-	-	15.352.753
Autorizações	5.399.023	18.414	90.922	-	-	5.508.359
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	203.892	93.161	-	-	-	297.053
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	198.198	-	-	-	-	198.198
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.794.582	705.120	(507.574)	-	155.758	4.147.886
Total Intangível Bruto	26.028.791	816.695	323.626	-	155.758	27.324.870
<u>Amortização acumulada</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(10.880.739)	(689.371)	-	-	-	(11.570.110)
Autorizações	(4.235.831)	(123.829)	-	-	-	(4.359.660)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(101.911)	(69.727)	-	-	-	(171.638)
Lista de clientes	(86.800)	(8.400)	-	-	-	(95.200)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(32.621)	(4.955)	-	-	-	(37.576)
Outros ativos	(58.314)	(5.504)	-	-	-	(63.818)
Total Amortização Acumulada	(15.396.216)	(901.786)	-	-	-	(16.298.002)
<u>Intangível Líquido</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	3.731.736	(689.371)	740.278	-	-	3.782.643
Autorizações	1.163.192	(105.415)	90.922	-	-	1.148.699
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (h)	101.981	23.434	-	-	-	125.415
Lista de clientes (e)	8.400	(8.400)	-	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	165.581	(4.955)	-	-	-	160.626
Outros ativos	139.884	(5.504)	-	-	-	134.380
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.794.582	705.120	(507.574)	-	155.758	4.147.886
Total Intangível Líquido	10.632.575	(85.091)	323.626	-	155.758	11.026.868

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Ágio aquisição Intelig – O ágio decorrente da aquisição da Intelig em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

A Companhia revisou a estrutura de teste realizada até 2015, com uma mudança na unidade geradora de caixa. Até o ano de 2015, o teste foi realizado considerando: (i) os negócios de banda larga residencial + negócio móvel como unidade geradora de caixa para teste do ágio registrado na TIM Celular pela aquisição da TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP; e (ii) os negócios da Intelig como a unidade geradora de caixa para o teste do ágio registrado na TIM Participações para a aquisição da Intelig.

A Companhia reavaliou a unidade geradora de caixa para os ágios registrados e considerou as seguintes questões para alterar a UGC:

- (i) No momento da aquisição destas empresas, a principal razão para adquiri-las era suportar e aumentar a competitividade do negócio móvel e entrar no negócio de banda larga residencial, corporativa e acesso ao mercado de wholesale, seja direto, seja via swap com outras operadoras de mercado, no qual a TIM ainda não estava inserida. Nos anos anteriores, a Companhia entendia que a entrada de caixa gerada pelo negócio da Fiber e Intelig podia ser considerada independente dos outros negócios, assim o teste de *impairment* do ágio considerou apenas o fluxo de caixa diretamente relacionado a essas UGC's. Entendemos que esse approach foi extremamente prudente ao não considerar o aumento da competitividade e sinergia com o negócio móvel;
- (ii) Atualmente, esse approach não considera a crescente importância da rede na prestação de serviços móveis pela TIM. Nos últimos anos, vem ocorrendo uma migração do uso (e faturamento) de serviços de voz para dados no mercado internacional e, em particular, no Brasil. O uso crescente de dados transformou-se em um grande desafio em termos de infraestrutura, visto que os sites móveis passaram a demandar uma capacidade elevada no atendimento eficaz aos serviços de dados. A principal solução adotada pela TIM foi adotar o FTTS (Fiber to the site) approach, chegando aos sites com a rede de fibra ótica, e instalar *small cells* conectados à rede de fibra ótica, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, de modo a descongestionar os sites móveis, aumentando a capacidade de transmissão e melhora da qualidade dos serviços. Em consequência, houve um aumento significativo do uso do *backbone* da TIM Fiber e Intelig no atendimento aos serviços móveis. Este uso da rede de forma compartilhada entre móvel e fixo torna impossível manter separadas as saídas de caixa CAPEX e OPEX entre estes dois segmentos;
- (iii) O comportamento dos clientes de serviços de telefonia está evoluindo para um approach centrado em dados, onde os clientes estão sempre "conectados", seja utilizando a rede da operadora, redes wi-fi públicas e particulares, o que é permitido por *handsets* cada vez mais evoluídos. Deste modo, as empresas de telefonia estão oferecendo pacotes de serviços e pacotes de dados para obter as receitas do uso constantes de dados. A implantação de ofertas em pacotes torna impossível desagregar as entradas de caixa entre os segmentos móvel e fixo.
- (iv) De um ponto de vista organizacional, a TIM Fiber está totalmente integrada ao negócio móvel.

Consequentemente, a Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação será no nível da TIM

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Participações. Esse novo approach está em linha com o direcionamento do mercado no sentido de integração dos segmentos móvel e fixo.

A alteração da UGC decorrente da mudança estratégica consolidada em 2016, portanto, a partir de 2016 a unidade geradora de caixa identificada para teste de impairment do ágio no montante de R\$1.527.219 foi a TIM Participações. O teste de impairment destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, bem como considerou, também, a metodologia aplicada em anos anteriores. As principais premissas usadas nesta metodologia estão listadas abaixo:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos;
- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior penetração nos planos pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais (4,50% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um negócio sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,50% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 11,03% a.a.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2016 considerando o modelo de anos anteriores e também o novo modelo não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

Em 30 de junho de 2017 a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e foram amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto no período findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$4.396 (R\$4.216 em 30 de junho de 2016) de juros e -R\$1.165 (R\$2.668 em 30 de junho de 2016) de correção monetária sobre o saldo.

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No período findo em 30 de junho de 2017, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$2.518 (R\$7.469 em 30 de junho de 2016) e a indexação, de R\$18.541 (R\$31.689 em 30 de junho de 2016).

Em 9 de abril de 2015 e 26 de janeiro de 2017, foram efetuados pagamentos junto a EAD nos montantes de R\$370.379 e R\$858.991, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 10,28% a.a dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$148.843 (R\$127.698 em 30 de junho de 2016).

(h) Custos com comissões a representantes comerciais diferidas

A partir de 2015 a Companhia lançou novas ofertas para clientes corporativos onde os contratos preveem um período contratual mínimo de 24 meses, com cláusula de penalidade em caso de cancelamento antecipado. Essa modalidade de contratação permite que os valores despendidos com comissões à representantes comerciais para aquisição desses clientes sejam capitalizados como ativo intangível de vida útil definida. Os custos capitalizados desses contratos serão amortizados de acordo com a vigência do contrato, líquido de ajuste por *impairment*.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Ativo

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
LT Amazonas	206.495	204.762
	<u>206.495</u>	<u>204.762</u>
Parcela circulante	(2.732)	(2.818)
Parcela não circulante	<u>203.763</u>	<u>201.944</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$383.388.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2018	25.295	15.334
Julho de 2018 a junho de 2022	90.252	42.708
Julho de 2022 em diante	267.841	148.453
	<u>383.388</u>	<u>206.495</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$206.495 (R\$204.762 em 2016) composto por R\$185.558 de principal e R\$20.937 de juros incorridos até 30 de junho de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56%.a.a.

Passivo

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
LT Amazonas (i)	356.362	351.798
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.446.414	1.411.055
Outros (iii)	39.901	39.385
	<u>1.842.677</u>	<u>1.802.238</u>
Parcela circulante	<u>(118.324)</u>	<u>(96.604)</u>
Parcela não circulante	<u>1.724.353</u>	<u>1.705.634</u>

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2018	55.719	31.299
Julho de 2018 a junho de 2022	187.403	73.050
Julho de 2022 em diante	552.977	252.013
	<u>796.099</u>	<u>356.362</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$796.099. Seu valor presente é de R\$356.362, sendo R\$313.001 de principal e R\$43.361 de juros em 30 de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

junho de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% a.a. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A TIM Celular celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que prevê valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total, foram realizadas seis transferências nas datas de 29 de abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015, 9 de junho de 2016, 20 de dezembro de 2016, sendo a última em 30 de junho de 2017. Foram transferidas 5.873 torres (5.483 em 2015 e 336 em 2016) representando 90,6% do total.

Os impactos contábeis estão demonstrados a seguir:

	Jun/17	Até Dez/16	Total
Quantidade de torres vendidas	54	5.819	5.873
Valor da venda	19.118	2.632.129	2.651.247
Custo do ativo e custo da transação	(7.812)	(519.809)	(527.621)
Ganho na transação	11.306	2.112.320	2.123.626
Efeitos no resultado da venda:			
Receita na venda de ativos alienados	233	1.295.825	1.296.058
Custo dos ativos baixados e custo da transação	(2.598)	(238.234)	(240.832)
Baixa da provisão de desmobilização de ativos	563	197.425	197.988
Efeito no resultado antes dos impostos (rubrica "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas")	(1.802)	1.255.016	1.253.214
IR e CS	957	(384.705)	(383.748)
Efeito líquido no resultado do exercício	(845)	870.311	869.466
Receita diferida	15.141	1.073.249	1.088.390
Ativo imobilizado arrendado "<i>leaseback</i>"	19.263	1.337.638	1.356.901
Arrendamento mercantil financeiro "<i>leaseback</i>"	19.263	1.337.638	1.356.901
Efeito líquido (i)	233	1.295.825	1.296.058

(i) Representa o montante do valor da venda das torres menos a obrigação pelo arrendamento mercantil financeiro.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2018	253.898	209.794
Julho de 2018 a junho de 2022	646.746	378.156
Julho de 2022 em diante	2.115.299	858.464
	<u>3.015.943</u>	<u>1.446.414</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$3.015.943. Seu valor presente é de R\$1.446.414 sendo R\$1.354.903 de principal e R\$91.511 de juros em 30 de junho de 2017. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de 14,39%, 17,08%, 17,00%, 13,70%, 12,96% e 11,01% para os montantes desembolsados em abril, setembro, dezembro de 2015, junho e dezembro de 2016 e junho de 2017, respectivamente.

iii) Adicionalmente, foi registrado arrendamento mercantil financeiro de novas torres recém-construídas no montante de R\$21.808 até 30 de junho de 2017, como já previsto nos acordos contratuais com American Tower em 21 de novembro de 2014.

17. Créditos regulatórios a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura.

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	6.399	1.652	2.313.589	3.108.497
Interconexão (b)	-	-	180.511	181.580
Roaming (c)	-	-	2.463	3.349
Co-billing (d)	-	-	73.299	85.554
	<u>6.399</u>	<u>1.652</u>	<u>2.569.862</u>	<u>3.378.980</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	307	434	61.503	67.511
<i>Roaming</i> (c)	-	-	21.379	14.590
	307	434	82.882	82.101
Parcela circulante	6.706	2.086	2.652.744	3.461.081

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	138.322	976.246
Dívida ANATEL atualizada (ii)	92.930	89.695
Seguro garantia sobre autorizações	8.652	8.652
Renovação de autorizações (i)	236.617	254.515
Autorizações a pagar (iii)	-	57.524
	476.521	1.386.632
Parcela circulante	(204.212)	(486.494)
Parcela não circulante	272.309	900.138

(i) Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2017, a TIM Celular possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$265.478 (R\$254.515 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A controlada

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz.

Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$93 milhões em 30 de junho de 2017), o qual ainda está pendente de julgamento (nota 15.g).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$1.199 milhões, a serem pagos em 04 (quatro) parcelas reajustadas pelo IGP-DI, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.g).

Em 15 de fevereiro de 2016, a controlada TIM Celular assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz (extratos publicados no DOU em 08 de março de 2016), alterando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD, anteriormente prevista para pagamento em 31 de janeiro de 2016. Dessa forma, a entidade recebeu da TIM Celular em 31 de janeiro de 2017 o montante de R\$859 milhões, parcela correspondente a 60% (30% + 30%, referentes a 2016 e 2017) sendo que os 10% restantes têm pagamento previsto para 31 de janeiro de 2018, reajustados pelo IGP-DI.

Em 4 de março de 2015, a ANATEL: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (parte da AR 92) da Licitação nº. 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (parte da AR 31) da referida Licitação; e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

- iii) Em 17 de dezembro de 2015, a TIM Celular foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo B (E-30 – AR41, Curitiba e Região Metropolitana; e E-68 – AR81, Recife e Região Metropolitana) da Licitação nº. 002/2015-SOR/SPR/ANATEL, cujo preço ofertado foi de R\$57,5 milhões. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 1º de junho de 2016 e os Termos de Autorização foram assinados em 26 de julho de 2016, sendo 10% do montante pago em julho de 2016 e o restante pago em Junho de 2017.

As Autorizações detidas em caráter primário pela TIM Celular em 30 de junho de 2017, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maió, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	06/2017	12/2016
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	2.607.962	2.546.627
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	39.070	36.552
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	2.456.161	2.068.629
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	379.538	444.847
Banco BNP Paribas (3)	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	39.617	78.065
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Libor 6M + 0,941% a 1,32% a.a.	Ago/19 a Fev/20	-	622.980
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 2,00% a.a.	Set/18	-	324.860
KFW (3)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	147.854	182.046
KFW Finnvera (3)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24	257.506	121.038
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Set/18 a Dez/20	248.778	294.138
Total				6.176.486	6.719.782
Circulante				(1.562.607)	(1.145.225)
Não Circulante				4.613.879	5.574.557

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da TIM Celular
- (2) Fiança Bancária e Aval da controladora TIM Participações
- (3) Aval da controladora TIM Participações
- (4) Não possuem garantia

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2017.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 20 de abril de 2017, a Companhia desembolsou junto ao KfW/Finnvera aproximadamente R\$ 149 milhões. Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de swap.

Em abril de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente o financiamento assinado em 2011 junto ao Banco Europeu de Investimento, no valor total de R\$602 milhões. O vencimento desta

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

linha aconteceria, originalmente, em agosto de 2019 e fevereiro de 2020.

Em 24 de março de 2017 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo existente junto ao Bank of America (BOFA), no valor total de R\$ 315 milhões. O vencimento original desta dívida aconteceria em setembro de 2018.

Todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 30 de junho 2017
BNDES (1)	URTJLP	dez/13	dez/16	2.635.600	747.657	1.887.943
BNDES (1)	UM143	dez/13	dez/16	2.636.400	700.213	1.936.187
BNDES (PSI) (1)	R\$	dez/13	dez/16	428.000	-	428.000
BNDES (2)	R\$	dez/15	dez/17	60.995	60.995	-
BNDES (2)	TJLP	dez/15	dez/18	2.940	2.940	-
Total R\$:				5.763.935	1.511.805	4.252.130
KFW Finnvera (3)	USD	dez/15	jun/18	150.000	51.094	93.088

Objetivo:

- (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016. Não haverão mais desembolsos dessa linha, tendo o último desembolso ocorrido em 24 de março de 2017.
- (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos 2016, 2017 e 2018;
- (3) Financiar compras de equipamentos importados e serviços para os anos de 2015, 2016 e 2017. O valor de USD93 milhões foi equivalente a R\$ 310 milhões na ocasião do desembolso.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 30 de junho de 2017 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$103 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 30).

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de *hedge*".

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2017 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado
2018	734.005
2019	1.350.490
2020	1.015.125
2021	911.754
2022	544.892
2023	18.884
2024	38.729
	<u>4.613.879</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outras operações contratadas com características extremamente específicas são os empréstimos obtidos junto ao BNP e junto ao KFW Finnvera. Na primeira operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, e, na segunda, o Finnvera, agência finlandesa, e ambas possuem atribuições de instituição de fomento. Dadas às características destas operações, entendemos que seus valores justo são iguais àqueles registrados no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$4 milhões.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	275.118	381.659
Impostos e taxas ANATEL	-	-	19.943	19.537
Imposto sobre Serviços – ISS	329	309	43.656	45.325
Outros	50	14	4.282	6.721
	<u>379</u>	<u>323</u>	<u>342.999</u>	<u>453.242</u>
Parcela circulante	(379)	(323)	(340.513)	(453.130)
Parcela não circulante	-	-	2.486	112

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Imposto de renda e contribuição social	-	-	295.813	507.915
PIS / COFINS	11	14	83.713	59.811
Outros (*)	9	17	45.320	54.840
	20	31	424.846	622.566
Parcela circulante	(20)	(31)	(159.399)	(363.726)
Parcela não circulante	-	-	265.447	258.840

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Serviços a prestar pré-pagos (1)	468.687	716.650
Subvenções governamentais (2)	103.262	117.758
Swap de rede (3)	15.017	28.932
Receitas antecipadas	24.562	18.554
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	978.257	991.750
	1.589.785	1.873.644
Parcela circulante	(561.303)	(812.340)
Parcela não circulante	1.028.482	1.061.304

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de junho de 2017 é de R\$202.954. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 30).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
Cível (a)	-	-	141.844	141.988
Trabalhista (b)	2.023	1.982	138.665	90.789
Tributária (c)	-	-	229.836	216.423
Regulatória (d)	-	-	30.184	29.282
	<u>2.023</u>	<u>1.982</u>	<u>540.529</u>	<u>478.482</u>

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	12/2016	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2017
Cível (a)	141.988	147.674	(189.673)	41.855	141.844
Trabalhista (b)	90.789	37.695	(5.550)	15.731	138.665
Tributária (c)	216.423	19.482	(11.458)	5.389	229.836
Regulatória (d)	29.282	24	(17)	895	30.184
	<u>478.482</u>	<u>204.875</u>	<u>(206.698)</u>	<u>63.870</u>	<u>540.529</u>

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 98.795 (R\$105.112 em 31 de dezembro de 2016), referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais, (v) suposta publicidade enganosa, (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 4.483 (R\$4.705 em 31 de dezembro 2016).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 12.552 (R\$8.661 em 31 de dezembro de 2016).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 18.164 (R\$20.120 em 31 de dezembro de 2016).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$3.348 (R\$3.390 em 31 de dezembro de 2016).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Do total de 1.448 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2017 (1.074 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a processos de empregados próprios seguido de perto por demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$129.797 atualizado monetariamente (R\$81.876 em 31 de dezembro de 2016). Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 30 de junho de 2017, o provisionamento destas causas totaliza R\$15.530 atualizado monetariamente (R\$10.742 em 31 de dezembro de 2016).

c. Processos tributários

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Tributos Federais	33.741	57.393
Tributos Estaduais	101.283	64.280
Tributos Municipais	1.691	1.629
Processos Intelig (<i>Purchase price allocation</i>)	93.121	93.121
	<u>229.836</u>	<u>216.423</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelos governos federal, estadual e/ou municipal para tributos em atraso, estando substancialmente atrelados a variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM Celular suporta doze processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$8.937 (R\$33.172 em 31 de dezembro de 2016), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$13.168 (R\$ 12.683 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 6.230 (R\$ 6.077 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) A provisão para a TIM Celular suporta quarenta e sete processos, dentre os quais destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 14.209 (R\$ 13.652 em 31 de dezembro de 2016), bem como valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, provisionados em julho/2016 que, atualizados, equivalem a R\$ 4.462 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos estaduais, suporta oito processos, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$14.830 (R\$ 14.414 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA Intelig

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$93.121 (R\$93.121 em 31 de dezembro de 2016).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2017, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ R\$30.184 (R\$29.282 em 31 de dezembro de 2016).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Cível (e.1)	1.427.733	1.698.901
Trabalhista (e.2)	693.621	678.290
Tributária (e.3)	13.672.138	13.832.157
Regulatória (e.4)	74.241	69.572
	<u>15.867.733</u>	<u>16.278.920</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	475.983	679.577
ANATEL (e.1.2)	211.171	202.777
Procon e Ministério Público (e.1.3)	232.232	316.007
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	204.117	203.314
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	143.660	130.894
Outros	160.569	166.332
	<u>1.427.732</u>	<u>1.698.901</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.2. Trabalhistas

Há 6.401 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2017 (6.039 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Companhia e suas controladas, referentes a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$693.621 atualizado (R\$678.290 em 31 de dezembro de 2016).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$29.252 atualizado (R\$9.256 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$60.643 atualizado (R\$60.351 em 31 de dezembro de 2016).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$3.128 atualizado no risco possível e R\$5.403 atualizado no risco provável (R\$3.521 atualizado no risco possível e R\$711 no risco provável atualizado em 31 de dezembro de 2016)

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.990 atualizado (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2016) e sofreu ainda autuação fiscal referente à supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.857 atualizado (R\$5.686 em 31 de dezembro de 2016).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Intelig recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$43.706 atualizado (R\$43.496 em 31 de dezembro de 2016).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
Tributos Federais (e.3.1)	3.645.987	3.560.440
Tributos Estaduais (e.3.2)	6.853.246	6.982.809
Tributos Municipais (e.3.3)	541.575	509.613
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.631.330	2.779.295
	<u>13.672.138</u>	<u>13.832.157</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$9.160.500.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.645.987 em 30 de junho de 2017 (R\$ 3.560.440 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$2.264.418 (R\$ 2.190.975 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$190.204 (R\$ 185.001 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$60.889 (R\$ 58.914 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Tim Celular é de R\$237.465 (R\$229.061 em 31 de dezembro de 2016) e para a Intelig, o valor é de R\$55.001 (R\$ 52.963 em 31 de dezembro de 2016).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 385.778 (R\$ 412.741 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$6.853.246 em 30 de junho de 2017 (R\$ 6.982.809 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$1.248.997 (R\$ 1.200.113 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$1.026.433 (R\$985.842 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$855.846 (R\$ 907.777 em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos, bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. O valor envolvido é de R\$1.258.641 (R\$ 1.230.516 em 31 de dezembro de 2016).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$128.611 (R\$ 322.722 em 31 de dezembro de 2016).
- (vi) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$117.387 (R\$ 112.537 em 31 de dezembro de 2016).
- (vii) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 173.092 (R\$ 169.431 em 31 de dezembro de 2016).
- (viii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 245.305 (R\$ 234.006 em 31 de dezembro de 2016).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$71.826 (R\$ 69.195 em 31 de dezembro de 2016).
- (x) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$44.809 (R\$ 39.665 em 31 de dezembro de 2016).
- (xi) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$110.135 (R\$ 105.418 em 31 de dezembro de 2016).
- (xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$23.253 (R\$ 22.499 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$541.575 em 30 de junho de 2017 (R\$509.613 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$133.137 (R\$ 128.145 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$189.190 (R\$183.962 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$77.724 (R\$ 66.939 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.4. FUST, FUNTTEL e EBC

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, o FUNTTEL e EBC é de R\$2.631.330 em 30 de junho de 2017 (R\$ 2.779.295 em 31 de dezembro de 2016). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Adicionalmente, discute-se a legalidade da exigência da cobrança da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Contribuição à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação), instituída pela Lei nº 11.652/2008.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2017, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$74.241 (R\$69.572 em 31 de dezembro de 2016).

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	06/2017	12/2016
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	21.726	31.609
Reversão/baixas ao longo do período/exercício, líquidas de adições	(4.016)	(11.029)
Atualização monetária no período/exercício	314	1.146
Saldo final	<u>18.024</u>	<u>21.726</u>

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 30 de junho de 2017 era de 10,54% a.a. (12,43 a.a. em 31 de dezembro de 2016).

26. Patrimônio líquido

- a. Capital social

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	06/2017	12/2016
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	<u>9.866.298</u>	<u>9.866.298</u>
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2017	12/2016
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	28.232	24.678
Reserva de benefício fiscal	1.158.911	1.158.911
	<u>1.567.703</u>	<u>1.564.149</u>

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 27).

Em março e maio de 2017, a companhia realizou a venda de 71.490 e 86.173 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 27). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil de 4,1628 cada.

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 equivalem a R\$1.158.911.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os dividendos foram calculados como segue:

	12/2016
Lucro líquido do exercício	750.427
(-) Constituição da reserva legal	(37.521)
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(118.250)
Lucro líquido ajustado	594.656
Dividendos a distribuir:	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	148.664
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,06

O saldo em 30 de junho de 2017 de dividendos a pagar é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$61.639 (R\$57.447 em 31 de dezembro 2016).

27. Opções de compras de ações

Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª Outorga referente ao Plano 2014-2016.

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2017									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	set/22	R\$ 8,10	3.922.204	-	-	(381.444)	-	3.540.760
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	2.575.085	-	(157.663)	(387.197)	-	2.030.225
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	1.064.659	-	-	(285.487)	-	779.172
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	1.091.464	-	-	(246.550)	-	844.914
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	502.289	-	-	(246.733)	-	255.556
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			9.155.701	-	(157.663)	(1.547.411)	-	7.450.627
Preço médio ponderado do exercício			R\$ 8,78						

(*) Não foram exercidas opções durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 para o "plano 2011-2013", pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho. Em relação a 2ª outorga do plano 2014-2016, durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 foram exercidas 157.663 opções ao valor de R\$ 8,7341 (R\$ 8,45 corrigido pela meta de performance em 3,33%).

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,31	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de seis meses, totalizaram R\$1.686 (R\$1.055 no mesmo período de 2016).

28. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

	Consolidado	
	06/2017	06/2016
Receita de serviços – Móvel	9.860.806	10.058.992
Receita de serviços - Fixa	605.161	571.887
Receita de serviços	10.465.967	10.630.879
Venda de mercadorias	602.977	731.380
Receita operacional bruta	<u>11.068.944</u>	<u>11.362.259</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(2.527.791)	(2.899.253)
Descontos concedidos	(634.530)	(765.590)
Devoluções e outros	(12.857)	(22.919)
	<u>(3.175.178)</u>	<u>(3.687.762)</u>
Total da receita líquida	<u>7.893.766</u>	<u>7.674.497</u>

29. Custos e despesas operacionais

	Consolidado							
	06/2017				06/2016			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(22.713)	(292.165)	(144.083)	(458.961)	(36.267)	(349.519)	(137.916)	(523.702)
Serviços de terceiros	(276.263)	(1.037.440)	(212.223)	(1.525.926)	(243.878)	(938.299)	(228.704)	(1.410.881)
Interconexão e meios de conexão	(1.355.615)	-	-	(1.355.615)	(1.410.463)	-	-	(1.410.463)
Depreciação e amortização	(1.492.678)	(88.206)	(275.569)	(1.856.453)	(1.438.935)	(83.891)	(208.120)	(1.730.946)
Impostos, taxas e contribuições	(17.093)	(451.660)	(7.492)	(476.245)	(16.577)	(499.672)	-	(516.249)
Aluguéis e seguros	(325.197)	(46.096)	(33.065)	(404.358)	(278.997)	(47.640)	(34.094)	(360.731)
Custo das mercadorias vendidas	(434.431)	-	-	(434.431)	(526.936)	-	-	(526.936)
Publicidade e propaganda	-	(225.265)	-	(225.265)	-	(245.136)	-	(245.136)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(147.827)	-	(147.827)	-	(140.517)	-	(140.517)
Outros	(670)	(10.528)	(22.801)	(33.999)	(1.692)	(16.901)	(24.346)	(42.939)
	<u>(3.924.660)</u>	<u>(2.299.187)</u>	<u>(695.233)</u>	<u>(6.919.080)</u>	<u>(3.953.745)</u>	<u>(2.321.575)</u>	<u>(633.180)</u>	<u>(6.908.500)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora							
	06/2017				06/2016			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(9.181)	-	-	(9.181)	(4.750)	-	-	(4.750)
Serviços de terceiros	(7.064)	-	-	(7.064)	(4.937)	-	-	(4.937)
Aluguéis e seguros	65	-	-	65	(118)	-	-	(118)
Impostos, taxas e contribuições	(209)	-	-	(209)	-	-	-	-
Outros	(42)	-	-	(42)	(472)	-	-	(472)
	(16.431)	-	-	(16.431)	(10.277)	-	-	(10.277)

A Companhia e suas controladas fazem contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de suas controladas. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de suas controladas no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e suas controladas aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a Companhia registrou os valores de R\$595, R\$741 e R\$625 (R\$777, R\$961 e R\$848 no mesmo período de 2016) relacionados com benefícios pós-emprego nos grupos de custos de serviços prestados e mercadorias vendidas, despesas com comercialização e despesas gerais e administrativas, respectivamente.

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	06/2016	06/2017	06/2016
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	14.497	13.636
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	21.982	19.831
Receita na alienação de ativos (*)	-	-	2.381	46.935
Outras receitas	-	191	52.532	30.796
	-	191	91.392	111.198
Despesas				
FUST/FUNTEL (**)	-	-	(71.153)	(83.964)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2.215)	(2.114)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(99)	55	(181.964)	(140.184)
Despesa na alienação de ativos (*)	-	-	(3.767)	(9.063)
Outras despesas	(86)	(116)	(12.030)	(10.716)
	(185)	(61)	(271.130)	(246.041)
Amortização de autorizações	-	-	(123.830)	(129.877)
	(185)	(61)	(394.960)	(375.918)
Outras receitas (despesas), líquidas	(185)	130	(303.568)	(264.720)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Durante o exercício de 2017 foram transferidas 54 torres referente à 6ª tranche para ATC conforme os contratos celebrados entre as partes (nota 16). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM.

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência (30 de junho de 2017) e foi reconhecida uma despesa líquida na alienação desses ativos no montante de -R\$1.802 no período, como outras receitas (despesas) operacionais.

(**) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	06/2016	06/2017	06/2016
Juros sobre aplicações financeiras	636	1.117	212.817	201.812
Juros de clientes	-	-	19.668	21.557
Juros <i>swap</i>	-	-	24.253	65.013
Juros sobre leasing	-	-	12.656	12.594
Atualização monetária	604	803	16.460	49.005
Variação cambial	8	-	364.726	1.658.883
Outras receitas	(3)	70	5.921	6.445
	<u>1.245</u>	<u>1.990</u>	<u>656.501</u>	<u>2.015.309</u>

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	06/2016	06/2017	06/2016
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(99.058)	(103.001)
Juros sobre fornecedores	-	-	(102)	(16.780)
Juros sobre impostos e taxas	(15)	(15)	(15.381)	(18.054)
Juros <i>swap</i>	-	-	(66.404)	(130.187)
Juros sobre leasing	-	-	(131.307)	(118.837)
Atualização monetária	(83)	(244)	(144.423)	(117.615)
Descontos concedidos	-	-	(20.739)	(27.121)
Variação cambial	(36)	(35)	(365.420)	(1.664.329)
Outras despesas	(1.313)	(1.221)	(44.139)	(53.009)
	<u>(1.447)</u>	<u>(1.515)</u>	<u>(886.973)</u>	<u>(2.248.933)</u>

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 37).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	06/2017	06/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(81.225)	(165.735)
Contribuição social do período	(30.306)	(61.565)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	51.938	39.191
	<u>(59.593)</u>	<u>(188.109)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(22.086)	90.794
Contribuição social diferida	(7.951)	32.019
	<u>(30.037)</u>	<u>122.813</u>
	<u>(89.630)</u>	<u>(65.296)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	06/2017	06/2016	06/2017	06/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	351.016	202.357	440.647	267.653
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:	(119.345)	(68.801)	(149.820)	(91.002)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(5.705)	(3.282)	27.732	635
Resultado de equivalência patrimonial	125.064	72.090	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(420)	(1.351)
Multas não dedutíveis	(14)	(7)	(6.366)	(4.598)
Perdas contas a receber <i>Co billing</i>	-	-	(517)	(3.563)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(17.109)	(13.217)
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	5.560	4.981
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	51.938	39.191
IR e CS diferidos baixa ARO	-	-	(219)	(1.439)
Outros valores	-	-	(409)	5.067
	<u>119.345</u>	<u>68.801</u>	<u>60.190</u>	<u>25.706</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período			<u>(89.630)</u>	<u>(65.296)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20,34%</u>	<u>24,4%</u>

(*) Conforme mencionado na nota 26 b.3, de acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

34 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	06/2017	06/2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	351.017	202.357
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.394	2.420.237
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,1450	0,0836

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	06/2017	06/2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	351.017	202.357
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.641	2.418.068
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,1450	0,0837

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 247.174 ações relacionadas com a 2ª, 3ª Outorga do Plano 2011-2013 e 2ª. Outorga do Plano 2014-2016, conforme mencionado na Nota 27.

35 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	06/2017	12/2016
Telecom Italia Sparkle (1)	5.903	5.246
Lan Group (4)	686	2.471
TIM Brasil (6)	13.165	12.587
Outros	674	674
Total	<u>20.428</u>	<u>20.978</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	06/2017	12/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	23.072	29.094
Telecom Italia Sparkle (1)	13.751	22.898
Italtel (3)	9.443	10.248
Lan Group (4)	5.543	7.822
TIM Brasil	4.877	4.877
Grupo Vivendi (7)	2.586	3.947
Outros	38	38
Total	59.310	78.924

	Receita	
	06/2017	06/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	373	1.769
Grupo Telecom Argentina (1)	-	8.232
Telecom Italia Sparkle (1)	2.628	2.713
Lan Group (4)	685	873
Total	3.686	13.587

	Custo/Despesa	
	06/2017	06/2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.166	4.730
Telecom Italia Sparkle (1)	15.811	14.969
Grupo Telecom Argentina (1)	-	713
Lan Group (4)	19.722	27.509
Generali (5)	3.254	194
Grupo Vivendi (7)	4.216	3.232
Italtel (3)	1.579	455
Total	47.748	51.802

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

O "Grupo Telecom Argentina" é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.

Em 8 de março de 2016, a Telecom Italia concluiu a venda da totalidade de sua participação no Grupo Telecom Argentina.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabos submarino) e serviço de sinalização.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	06/2017	06/2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	9.269	8.988
Pagamentos com base em ações	2.005	(208)
	11.274	8.780

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap e fundo cambial*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais.

Em 30 de junho de 2017, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanham proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2017 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2017, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou 10% das receitas de mercadorias.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2017			12/2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	109.186	(31.049)	78.137	216.922	(81.473)	135.449
Parcela circulante	62.451	(9.427)	53.024	82.454	(36.163)	46.291
Parcela não circulante	46.735	(21.622)	25.113	134.468	(45.310)	89.158

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2017 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2018	20.446	(4.007)
2019	19.905	(6.426)
2020	1.277	(6.426)
2021 em diante	5.107	(4.763)
	46.735	(21.622)

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	06/2017		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	5.077	-	5.077
Derivativos usados para <i>hedge</i>		109.186	109.186
Total do ativo	5.077	109.186	114.263
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	31.049	31.049
Total do passivo	-	31.049	31.049

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12/2016			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	479.953	-	479.953
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	216.922	216.922
Total do ativo	479.953	216.922	696.875
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	81.473	81.473
Total do passivo	-	81.473	81.473

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
30 de junho de 2017			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	-	109.186	109.186
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.680.111	-	2.680.111
Títulos e valores mobiliários		5.077	5.077
Caixa e equivalentes de caixa	3.422.500	-	3.422.500
Arrendamento mercantil – leasing	206.495	-	206.495
Depósitos judiciais	1.338.775	-	1.338.775
Outros ativos	84.454	-	84.454
	<u>7.732.335</u>	<u>114.263</u>	<u>7.846.598</u>

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
30 de junho de 2017			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	6.176.483	6.176.483
Instrumentos financeiros derivativos	31.049		31.049
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.652.744	2.652.744
Arrendamento mercantil leasing	-	1.842.677	1.842.677
Dividendos a pagar	-	61.639	61.639
	<u>31.049</u>	<u>10.733.543</u>	<u>10.764.592</u>

	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2016			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		216.922	216.922
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.943.269		2.943.269
Títulos e valores mobiliários		479.953	479.953
Caixa e equivalentes de caixa	5.128.186		5.128.186
Arrendamento mercantil – leasing	204.762		204.762
Depósitos judiciais	1.294.125		1.294.125
Outros ativos	83.107		83.107
	<u>9.653.449</u>	<u>696.875</u>	<u>10.350.324</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Total
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		6.719.782	6.719.782
Instrumentos financeiros derivativos	81.473		81.473
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.461.081	3.461.081
Arrendamento mercantil leasing		1.802.238	1.802.238
Dividendos a pagar		206.112	206.112
	81.473	12.189.213	12.270.686

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de junho de 2017, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas no quadro a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30 de junho de 2017

<u>Moeda</u>	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>CONTRAPARTE</u>		<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
		<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	39.617	39.617	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	147.854	147.854	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	257.506	257.506	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	80,29% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	248.778	248.778	100%	2,13% a.a.	87,88% do CDI

31 de dezembro de 2016

<u>Moeda</u>	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>CONTRAPARTE</u>		<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
		<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	622.980	622.980	100%	LIBOR 6M + 1,22% a.a.	94,33% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	78.065	78.065	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	182.046	182.046	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	324.860	324.860	100%	LIBOR 3M + 2,00% a.a.	103,60% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan	121.038	121.038	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	294.138	294.138	100%	2,18% a.a.	88,05% do CDI

Em março e abril de 2017 a Companhia, alinhada com a nova política de gestão eficiente de caixa e endividamento, decidiu em conjunto com o pré-pagamento do empréstimo do BOFA e financiamento do BEI a reversão dos swaps contratados ambos com o Bank of America (BOFA), que tinham como objetivo proteger a companhia dos riscos de variação cambial e de taxa de juros.

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado, no final do mês de junho de 2016, para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atraente de 81,50% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira. O desembolso dos recursos ocorreu

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

em 20 de abril de 2017 junto ao KfW/Finnvera. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida para que haja proteção integral e possui um notional em dólares de aproximadamente 48 milhões. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) iniciarão simultaneamente.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2017	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BOFA, Cisco e KFW)	697.341	697.341	878.328	1.061.753
A) Δ Variação Acumulada Dívida			180.988	364.412
Valor justo da ponta ativa do <i>swap</i>	697.341	697.341	878.328	1.061.753
Valor justo da ponta passiva do <i>swap</i>	(619.204)	(619.204)	(616.534)	(614.194)
Resultado <i>swap</i>	78.137	78.137	261.794	447.559
B) Δ Variação Acumulada Swap			183.657	369.421
C) Resultado final (B-A)			2.670	5.009

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	10,14%	12,68%	15,21%
USD	3,3082	4,1353	4,9623

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2017 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2017
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(55.747)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

38. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 38.873.027
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

39. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2018	869.733
2019	908.871
2020	949.770
2021	992.509
2022	1.037.172
	<u>4.758.055</u>

40. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	06/2017	06/2016
Juros pagos	284.976	290.869
Imposto de renda e contribuição social pagos	121.535	218.824
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	26.077	102.909

41. Outras informações relevantes

No dia 21 (a petição foi distribuída dia 20) de Junho de 2016, OI S.A., Telemar Norte Leste S.A, OI Móvel S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.V. e OI Brasil Holdings Coöperatief U.A. (conjuntamente "Oi"), ingressaram com pedido de recuperação judicial perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cujo processamento foi deferido pela Justiça no dia 29 de Junho de 2016. Segundo a petição inicial, o objetivo desta ação foi proteger o caixa e ativos da Oi enquanto negocia um plano de recuperação judicial com seus credores, de forma a dar continuidade às suas operações. Oi apresentou junto com o pedido uma lista de credores, que atualmente se encontra sob análise do administrador judicial nomeado pelo juiz, que ainda não publicou a lista de credores revisada, com os créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial. No dia 30 de setembro de 2016, foi publicado o edital contendo o aviso de protocolo do Plano de Recuperação Judicial no processo. O plano de recuperação ainda não foi aprovado pelos credores e disporá a respeito da forma de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação judicial, bem como outras medidas de recuperação do Grupo Oi.

O relacionamento entre TIM e OI se origina principalmente de atividades reguladas de interconexão e de compartilhamento de infraestrutura, necessárias a operação de ambas as operadoras. Desta forma, a posição ativa líquida da TIM em relação à recuperação judicial de Oi na data de 20 de junho de 2016, é a seguinte:

Interconexão	14.248
Outras relações comerciais para compartilhamento de infraestrutura	1.677
Total	<u>15.925</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da TIM com base nas informações disponíveis na data de preparação das informações trimestrais não realizou provisão adicional para os valores em aberto junto a OI, uma vez que o plano de recuperação apresentado pela OI, ainda em análise pelos credores, apresentou um cenário onde os fornecedores parceiros poderiam ser pagos em até 2 anos e também foi considerada a materialidade dos saldos envolvidos e a natureza dos serviços entre as partes.

Em dezembro de 2016, a Área Técnica da Anatel emitiu Despacho Decisório por meio do qual confirmou entendimento dos efeitos da Resolução n.º 639 de 01 de julho de 2014, determinando a aplicação de Valores de Referência para o provimento de EILD e indicando uma redução dos valores cobrados pela Oi à TIM a partir de 25 de fevereiro de 2016. A TIM notificou o Grupo Oi sobre os termos da decisão, que continuam sendo discutidos entre as partes. Cabe destacar que a Companhia, inclusive, já acordou com outras operadoras de telefonia a compensação dos referidos valores pagos a maior durante o período mencionado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **TIM Participações S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.



**BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F**

**Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/0-6 - S - RJ**

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da BDO RCS Auditores Independentes S.S., relativos ao período findo em 30 de junho de 2017 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de julho de 2017.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Membro do Conselho Fiscal

JARBAS TADEU BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2017.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Informações Trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2017.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico